

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA NACIONAL 002/2026

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura urbana, compreendendo a execução de passeio público (calçadas), muro de arrimo e arborização urbana, no Bairro Bandeira Branca – Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2, no Município de Jacareí, por meio de fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 397.827,21

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **26/03/2026** às **9h30** (horário de Brasília)

LOCAL: www.portaldecompraspúblicas.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO, AFERIDO DE FORMA GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

REGIME DE EXECUÇÃO:

EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

(SIM)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA NACIONAL Nº 002/2026

EXPEDIENTE GPRO Nº 20422/2026

Torna-se público que o Município de Jacareí, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, sediada na Praça dos Três Poderes, 8 - Centro, Jacareí-SP, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA NACIONAL**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura urbana, compreendendo a execução de passeio público (calçadas), muro de arrimo e arborização urbana, no Bairro Bandeira Branca – Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2, no Município de Jacareí, por meio de fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos.

1.2. A licitação será realizada pelo menor preço, aferido de forma global.

2. CONDIÇÃO PRELIMINAR

2.1. A participação na Licitação implica a aceitação integral e irretratável dos termos deste Edital, Anexo(s) e Instruções, bem como a observância dos Regulamentos Administrativos e das Normas Técnicas pertinentes.

2.2. Não serão possíveis questionamentos fora do prazo; uma vez passado este prazo, as regras do edital serão consideradas aceitas pelo participante.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados nos itens anteriores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pelas informações, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreções ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006..

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9 Sociedade organizada em cooperativa, dada a natureza do objeto de contratação;

3.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11 Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.12 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2. e 3.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2. e 3.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances,

os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1. e 7.11.1 deste edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte deverá declarar ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4. ou 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta

dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor Global;

5.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas e apresentação de planilha orçamentária no modelo fornecido pela prefeitura em excel (anexo II e III), devidamente preenchida, seguindo as configurações / fórmulas pré-estabelecidas pela Administração, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1 A planilha de excel fornecida pela Administração seguirá pré-configurada com as fórmulas que devem ser utilizadas no somatório dos itens; além disso, os valores deverão apresentar apenas duas casa decimais.

5.8.2 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.3 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no edital;

5.8.4 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.8.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos

ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo, em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.11. Para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa será “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àqueles que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos parágrafos §1º e § 2º do art. 4º da Lei 14.133/2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.16.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.16.5. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.16.5.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.16.5.2. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.16.5.3. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.16.5.4. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.16.5.5. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.16.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.16.6.2. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.16.6.3. empresas brasileiras;

6.16.6.4. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.16.6.5. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.16.7. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.17 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.17.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.17.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.17.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.18 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/ EPPs, MEI, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal 660/2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

7.8.2. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.3. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei;

7.9.4. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.5. A presunção das propostas que ficaram abaixo de 75% é relativa – caberá diligência para aferir a inexequibilidade (de acordo com o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Tribunal de Contas da União).

7.10. Com efeito, a prova da exequibilidade se fará por meio de todas as provas admissíveis. Isso compreende, basicamente, documentos demonstrando os custos necessários à execução do objeto e evidenciando os motivos pelos quais o particular dispõe de condições para executar a prestação por valores muito inferiores aos estimados pela Administração.

7.11. Serão provas de exequibilidade, sem prejuízo de outras admissíveis:

7.11.1. documento de cotação emitido com CNPJ ou CPF, devidamente assinado, e com validade não inferior a 60 dias;

7.11.2. notas fiscais;

7.11.3. qualquer outro documento emitido por órgão público;

7.11.4. mão de obra com encargos sociais;

7.11.5. composição analítica dos itens que forem solicitados comparando com a composição disponibilizada pela Prefeitura, justificando as alterações.

7.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido apresentado em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração (sem a necessidade de apresentar composição de custo unitário neste momento), o licitante classificado em primeiro lugar será convocado a apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Após o julgamento, tratando-se de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.17. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação imediata da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.17.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.17.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime;

7.18. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.19. Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados,

incluindo os demais licitantes.

7.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou de acordo com a Portaria nº 2635, de 07 de fevereiro de 2019, da Secretaria de Administração e Recursos Humanos, ou ser emitidos por sítios eletrônicos oficiais de órgãos e

entidades emissoras destes documentos.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.113/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1. O licitante poderá optar por realizar vistoria prévia, que será sem agendamento e sem acompanhamento técnico da Administração, pois trata-se de local público e de fácil acesso, ficando ao critério da licitante horário e dia em que a mesma realizará a visita;

8.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme Anexo I D.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, ou através dos documentos encaminhados conforme Anexo I – Termo de Referência.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf

serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação;

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no parágrafo 1º do art. 35 e parágrafo 1º do art. 38 do Decreto Municipal 660/2022.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput.)

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único.)

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, art. 38, parágrafo 4º do Decreto Municipal 660/2022, para:

8.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item

8.11.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

8.18. Quando a licitante se tratar de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) esta não fica isenta da apresentação de documentação acerca de sua regularidade fiscal e trabalhista.

8.18.1. Sendo constatada alguma irregularidade, improbidade ou pendência somente no tocante a documentação citada no item anterior, a licitante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021,](#) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão

recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura Municipal de Jacareí, Unidade de Licitação, 1º andar, Praça dos Três Poderes, 73 – Jacareí SP no horário de expediente, qual seja, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerrados as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo administrativo será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no Art. 71 da Lei 14.133/2021, (Art. 43, Decreto Municipal nº 660, de 2 de dezembro de 2022).

11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem colocado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. O contrato será assinado preferencialmente por meio de assinatura digital;

11.4. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra e desacordo com as especificações do edital.

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.1.9. Advertência;

12.1.10. Multa;

12.1.11. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4., 12.1.5., 12.1.6., 12.1.7. e 11.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.1 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.



12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art 90, parágrafo 5º da Lei 14.133/2021.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, por meio eletrônico através de www.portaldecompraspublicas.com.br, devendo o licitante mencionar o número do processo licitatório. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Agente de Contratação através do site do sistema eletrônico e todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Agente de Contratação.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura

do certame.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.jacarei.sp.gov.br.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo I A – Estudo Técnico Preliminar

Anexo I B – Declaração de indicação de responsável técnico pela execução dos serviços

Anexo I C – Declaração de Visita Técnica

Anexo I D – Declaração de Dispensa de Visita/Vistoria Técnica

Anexo I E – Memorial Descritivo

Anexo I F – Memória de Cálculo

Anexo II – Preço Estimado

Anexo III – Proposta Comercial

Anexo IV – Cronograma Físico Financeiro

Anexo V – Proposta de Cronograma Físico-Financeiro

Anexo VI – Planilha de Itens de Relevância

Anexo VII – Planilha de BDI

Anexo VIII – Minuta de Termo Contratual

Anexo IX – Termo de Ciência de Notificação

Anexo X – Declaração de documentos à disposição do TCE-SP

Jacareí, na data da assinatura eletrônica

EDSON ANIBAL DE AQUINO GUEDES FILHO
SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA MUNICIPAL

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura urbana, compreendendo a execução de passeio público (calçadas), muro de arrimo e arborização urbana, no Bairro Bandeira Branca – Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2, no Município de Jacareí, por meio de fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos.

MUNICÍPIO: Jacareí

OBRA: Infraestrutura - Execução de passeio público, muro de arrimo e arborização urbana

LOCAL: Bairro Bandeira Branca com Habitação de Interesse Social - Conjunto Habitacional Jacareí – G 1 e G 2

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada global

TERMO DE REFERÊNCIA

OBRAS COMUNS DE ENGENHARIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura urbana, compreendendo a execução de passeio público (calçadas), muro de arrimo e arborização urbana, no Bairro Bandeira Branca – Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2, no Município de Jacareí, por meio de fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos, através do convênio celebrado com o Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura urbana, compreendendo a execução de passeio público (calçadas), muro de arrimo e arborização urbana.	Unidade	01	R\$ 397.827,21

1.2. As obras objeto desta contratação são caracterizadas como comuns de Engenharia.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **6 meses** contados a partir do 1º dia útil após a assinatura da Ordem de Serviço, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de atendimento ao interesse público, no cumprimento do Convênio celebrado entre o Município de Jacareí e o Governo do Estado de São Paulo, no âmbito do Programa Casa Paulista – Desenvolvimento Urbano / Programa Bairro Paulista (Cidades Sustentáveis), CONVÊNIO SEI nº 013.00006979/2025-74, bem como nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação correlata.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, está alinhado com o respectivo Estudo Técnico Preliminar e com os demais instrumentos de planejamento da contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1.** A solução consiste na execução integral das obras previstas no projeto básico, abrangendo serviços preliminares, execução de calçadas, implantação de muro de arrimo, sistemas de drenagem e arborização urbana, de forma integrada e coordenada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1.** A contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- 4.1.1.** Executar os serviços conforme projetos e especificações técnicas;
- 4.1.2.** Manter responsável técnico legalmente habilitado;
- 4.1.3.** Cumprir normas ambientais, de segurança do trabalho e acessibilidade;
- 4.1.4.** Utilizar materiais e equipamentos adequados e de qualidade comprovada.

Subcontratação

- 4.2.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3.** Será exigida a garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, correspondendo a 5% do valor contratual e seguindo as regras previstas no contrato.

- 4.3.1.** A garantia deverá ser prestada previamente à assinatura do contrato.

- 4.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.5.** É imprescindível que haja uma avaliação prévia do local de execução das obras para que se tenha pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Para isso, será assegurado ao interessado o direito de realizar vistoria prévia, sem a necessidade de acompanhamento de um servidor, visto que as localidades se encontram com acesso livre.

- 4.6.** A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como justificativa posterior para alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços.

- 4.7.** O contratado deverá assumir os ônus decorrentes da falta de realização da vistoria.

- 4.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Sustentabilidade

- 4.9. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.9.1. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei no 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução no 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

- 5.1. A execução do objeto deverá observar rigorosamente os projetos, o memorial descritivo, a planilha orçamentária e o cronograma físico-financeiro aprovados, bem como as normas técnicas da ABNT, legislação ambiental, normas de segurança do trabalho e de acessibilidade.
- 5.2. Todos os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado, com Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT devidamente recolhidos.
- 5.3. A contratada será integralmente responsável pela organização do canteiro de obras, fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, bem como pela limpeza e recomposição das áreas afetadas pela execução dos serviços.
- 5.4. Início da execução do objeto: a partir da emissão da ordem de serviço.

Memorial descritivo

- 5.5. O Memorial Descritivo integra o presente Termo de Referência para todos os fins, estabelecendo as diretrizes técnicas, métodos construtivos, padrões de qualidade e condições mínimas a serem observadas na execução do objeto, devendo ser rigorosamente atendido pela contratada.

- 5.6.** Os serviços deverão ser executados com materiais de primeira qualidade, mão de obra especializada e observância integral às normas técnicas vigentes, especialmente as normas da ABNT, legislação ambiental, normas de segurança do trabalho e acessibilidade.

Objeto

- 5.7.** O objeto consiste na execução de obras de infraestrutura urbana no Bairro Bandeira Branca – Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2, compreendendo a implantação de passeio público (calçadas), execução de muro de arrimo, serviços de drenagem complementar, arborização urbana, limpeza final e demais serviços correlatos, conforme projetos e especificações técnicas.

Justificativa

- 5.8.** As intervenções descritas no Memorial Descritivo visam garantir condições adequadas de mobilidade urbana, acessibilidade universal, segurança estrutural e qualificação ambiental da área de intervenção, atendendo às necessidades da população local e às obrigações assumidas pelo Município no âmbito do Convênio celebrado com o Governo do Estado de São Paulo.

Apresentação

- 5.9.** O Memorial Descritivo apresenta de forma sistematizada os critérios técnicos, procedimentos executivos, materiais a serem empregados e padrões de desempenho exigidos, constituindo documento orientador obrigatório para a execução dos serviços e para a fiscalização contratual.

5.9.1. Serviços preliminares: compreendem as atividades necessárias à preparação da área para início das obras, incluindo a instalação da placa de identificação da obra, conforme padronização do Governo do Estado de São Paulo (ver detalhes no Memorial Descritivo), limpeza manual do terreno, remoção e destinação adequada de entulhos, instalação de banheiro químico, locação de container tipo depósito e demais providências indispensáveis ao adequado desenvolvimento dos serviços.

5.9.2. Execução de calçadas: compreende a retirada manual de guia, demolição mecanizada de concreto simples, destinação adequada do entulho, escavação manual em solo e seu transporte e destinação adequados, regularização do subleito, execução da calçada em si, incluindo forma em madeira, pedra britada, lona plástica, armadura em tela e concreto usinado (com seu lançamento, espalhamento,

adensamento e nivelamento), juntas de dilatação, piso podotátil nas rampas acessíveis e instalação de tubulação de drenagem de água pluvial nos pontos necessários.

5.9.3. Canteiro das árvores: serão executados canteiros nas calçadas em execução e deverão ser plantadas grama batatais e árvores (conforme espécies especificadas no Memorial Descritivo e projeto), incluindo aplicação de adubo em solo.

5.9.4. Muro de arrimo: será executado conforme tipologia definida em projeto, incluindo escavações, fundações, execução de elementos estruturais em concreto armado e alvenaria estrutural, sistema de drenagem e impermeabilização, garantindo a estabilidade do terreno e a segurança das áreas adjacentes.

Local da prestação dos serviços

5.10. Conjunto habitacional Jacareí G1 e G2, construído pela CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, localizado no Bairro Bandeira Branca.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO	
Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2	
Latitude: 23°20'13.5"S	
Longitude: 46°00'00.1"W	

	<i>QRcode com a localização do Conjunto Habitacional no Google Maps</i>
--	---



Figura 01: Mapa de localização do Conjunto habitacional

6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano

complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- 6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme previsto no art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021 e no art. 18, do Decreto Municipal nº 664, de 2022.
- 6.7.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7.1.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.7.2.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal acionará a Contratada para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.7.3.** O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, bem como no caso de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.7.5.** O fiscal do contrato receberá os documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação da contratada, e deverá aprovar medição dos serviços efetivamente prestados, rejeitando, no todo ou em parte, o serviço em desacordo com as especificações contidas no contrato, observados o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar e o Projeto Básico.
- 6.7.6.** O fiscal do contrato deverá consultar o órgão ou entidade demandante dos serviços, obras ou materiais sobre a necessidade de acréscimo ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais medidas.
- 6.7.7.** O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.8.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, e todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas

adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

- 6.8.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.8.2.** O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.8.3.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021 e o Decreto Municipal nº 664, de 2022, art. 17, IX), conforme o caso.
- 6.8.4.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Unidade de Contratos e Convênios para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.8.5.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.8.6.** Deverá, o gestor do contrato, manter o controle da atualização do valor da garantia contratual, procedendo, em tempo hábil, o encaminhamento necessário à sua substituição e/ou reforço ou prorrogação do prazo de sua vigência, quando o caso. (Decreto Municipal nº 664, de 2022, art. 17, V).
- 6.8.7.** Cabe ao gestor do contrato prover a autoridade superior de documentos e informações necessárias à celebração de termo aditivo para a alteração do contrato, inclusive para a prorrogação do prazo do instrumento contratual, neste último caso, após exame qualitativo do produto ou serviço prestado pelo contratado e pesquisa de mercado, quando for o caso, para analisar vantajosidade da prorrogação. (Decreto Municipal nº 664, de 2022, art. 17, VI).

6.8.8. O Gestor deverá notificar a contratada, mediante apontamento do Fiscal do contrato, quanto a eventuais, quanto a eventuais pendências na execução do contrato. (Decreto Municipal nº 664, de 2022, art. 17, VIII).

6.9. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato, conforme art. 118 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. O pagamento pela execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência, será realizado com base em medições mensais, conforme estabelecido no cronograma físico-financeiro e obedecidos os valores unitários propostos.

7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. A avaliação da execução do objeto será efetuada pela equipe de fiscalização da Contratante, tendo como base na aferição quantitativa e qualitativa da realização dos serviços previstos na Planilha Orçamentária, com especificações técnicas condizentes àquelas estabelecidas nos Projetos Gráficos e executados conforme planejamento estabelecido no Cronograma Físico- Financeiro;

7.2.2. as unidades de medida para fins de faturamento e mensuração da obra serão os serviços realizados previstos na Planilha Orçamentária;

- 7.2.3.** a produtividade de referência será aquela prevista no cronograma físico-financeiro, apresentada pela empresa vencedora;
- 7.2.4.** os critérios de qualidade para execução contratual serão aqueles previstos nos anexos deste Termo de Referência e Edital, em especial no Memorial Descritivo e Projetos Executivos.

Recebimento provisório

- 7.3.** Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
 - 7.3.1.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
 - 7.3.2.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme art. 140, I, “a” da Lei n.º 14.133, de 2021 e art. 20 do Decreto Municipal n.º 664, de 2022.
 - 7.3.3.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga.
 - 7.4.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada que comprove, ainda, o cumprimento das exigências de caráter técnico-administrativas, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - 7.4.1.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, conforme art. 119 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
 - 7.4.2.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de
- Rua Lamartine Delamare, 153 – Centro – Jacareí/SP
Telefone: (12) 3955-9000 Ramal 2794

Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades, conforme expresso no art. 140, § 1º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

- 7.4.3.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, de acordo com o art. 119 c/c art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recebimento definitivo

- 7.5.** Os serviços serão recebidos definitivamente, no prazo de 90 (noventa) dias, pelo gestor do contrato, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado (emitido pelo fiscal do contrato), conforme art. 140, I, “b” da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 20 do Decreto Municipal nº 664, de 2022, cabendo ainda:
- 7.5.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, havendo irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.
- 7.5.2.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.5.3.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.5.4.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.5.5.** Enviar a documentação pertinente à Unidade de Contratos e Convênios para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.5.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.5.7.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.5.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Nota Fiscal

7.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. A Nota Fiscal deverá ser emitida somente após autorização da fiscalização e gestão do contrato.

Prazo e forma de pagamento

7.8. O prazo e a forma de pagamento serão estipulados no Contrato.

7.9. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA/IBGE.

7.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar;

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, ou outros sítios eletrônicos oficiais, para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, ou outros sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF, ou outros sítios eletrônicos oficiais.

7.18. Forma de pagamento

7.18.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 7.18.2.** Será considerada a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.18.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.18.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.18.5.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária, no prazo de **25 (vinte e cinco) DFS (Dias Fora Semana)**, tendo por base a fatura extraída pela CONTRATADA, em função da medição mensal devidamente conferida e aprovada pela fiscalização.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

- 8.2.** O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Críticos de aceitabilidade de preços

- 8.3.** Para o objeto sujeito ao regime de empreitada por preço global o critério de aceitabilidade de preços será:

8.3.1 valor global: conforme valor estimado da licitação;

8.3.2 o de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro;

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4. Habilitação jurídica:

- 8.4.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

- 8.4.2. Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à

verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

8.4.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.4.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.4.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.4.7. Empresas Consorciadas: nos termos do Art. 15 da Lei 14.133/21 deverão observar as seguintes normas:

- I. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- III. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- IV. Impedimento de a empresa consorciada participar na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- V. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

8.4.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943;

8.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei,

8.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.6. Qualificação Econômico-Financeira:

8.6.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

8.6.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme art. 69, caput, II da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.6.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.6.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, conforme art. 69, § 6º da Lei nº 14.133, de 2021; e

8.6.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.6.8. Para a habilitação econômico-financeira de empresas consorciadas, fica estabelecido o acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual.

8.7. Qualificação Técnica:

8.7.1. Apresentação de declaração de realização de vistoria ou, caso não realizada, declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, conforme disposto no item **Vistoria deste Termo de Referência - ANEXO I – B ou ANEXO I - C.**

8.7.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, ou seja, CREA / CAU (Conselho de Engenharia e Agronomia / Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade;

8.7.3. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestados de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.7.3.1. Para o Engenheiro(a) Civil e/ou Arquiteto(a) e Urbanista serviços de:

TABELA DE ÍTENS DE RELEVÂNCIA			
ITEM	NOME REDUZIDO DO SUBITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1.0	EXECUÇÃO DE CALÇADAS EM CONCRETO		
1.1	Concreto usinado, fck = 25 Mpa	M3	1,00
2.0	EXECUÇÃO DE MURO DE ARRIMO		
2.1	Alvenaria de blocos de concreto estrutural, espessura 14 cm	M2	1,00

8.7.4. Os atestados referidos no item 8.7.3.1. deverão estar devidamente certificado(s)/acervado(s) na entidade profissional competente, comprovando que o profissional indicado possui experiência na execução de obras ou serviços com características técnicas compatíveis com o objeto licitado, especialmente quanto às parcelas de maior relevância.

8.7.5. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.7.6. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.7.7. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características e quantidades mínimas:

TABELA DE ÍTENS DE RELEVÂNCIA			
ITEM	NOME REDUZIDO DO SUBITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1.0	EXECUÇÃO DE CALÇADAS EM CONCRETO		
1.1	Concreto usinado, fck = 25 Mpa	M3	60,35
2.0	EXECUÇÃO DE MURO DE ARRIMO		
2.1	Alvenaria de blocos de concreto estrutural, espessura 14 cm	M2	31,05

8.7.8. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, **a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.**

8.7.8.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante e deverão conter, no mínimo, nome da contratante, período dos serviços atestados, local de prestação dos serviços, identificação do contrato (tipo ou natureza), serviços executados (com respectivos totais) e nome do(s) responsável(is) técnico(s);

8.7.8.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.7.9. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.7.9.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, § 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.7.9.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.7.9.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.7.9.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.7.9.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.7.9.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.7.9.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é R\$ 397.827,21 (trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos), conforme planilha orçamentária anexa.

Recurso Estadual (CONVÊNIO SEI nº 013.00006979/2025-74): R\$ 318.261,77 (trezentos e dezoito mil, duzentos e sessenta e um reais e setenta e sete centavos);

Recurso Municipal: R\$ 79.565,44 (setenta e nove mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

9.2. Para a elaboração da planilha orçamentária, foram adotados os boletins:

9.2.1. 1-CDHU n.º 198 com desoneração - válido a partir de 27/06/2025;

9.2.2. 2-SINAPI 0725 com desoneração – válido a partir de 12/08/2025.

9.3. Esclarece-se que os projetos, o memorial descritivo e a planilha orçamentária foram desenvolvidos e submetidos à análise e validação técnica pelo órgão concedente em meados do exercício de 2025, no âmbito das tratativas que antecederam a formalização do convênio.

A celebração do convênio ocorreu posteriormente, no mês de dezembro de 2025, mantendo-se, contudo, os parâmetros técnicos e orçamentários previamente analisados e aprovados, de modo a preservar a coerência entre os projetos, os quantitativos e as composições de custos, bem como a compatibilidade com o objeto pactuado.

A opção por manter as referências originalmente analisadas evita a necessidade de readequações técnicas e orçamentárias que poderiam comprometer o cronograma do convênio.

9.4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados da seguinte dotação orçamentária:

Ficha 1119 - recurso 02 - Vinculado Estadual = Convênio

Dotação: 02.17.04.15.451.0015.1167.02.4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

Ficha 1129 - recurso 06 - Outras Fontes de Recurso = Contrapartida

Dotação: 02.17.04.15.451.0015.1167.06.4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

Jacareí, (Data da assinatura eletrônica).

Thiago Teski

Assinado de forma digital
por Thiago Teski
Dados: 2026.03.05 12:18:11
-03'00'

Thiago José Teski dos Santos

Engenheiro Civil

Secretaria de Mobilidade Urbana

ANEXO I A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura urbana, compreendendo a execução de passeio público (calçadas), muro de arrimo e arborização urbana, no Bairro Bandeira Branca – Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2, no Município de Jacareí, por meio de fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos.

MUNICÍPIO: Jacareí

OBRA: Infraestrutura - Execução de passeio público, muro de arrimo e arborização urbana

LOCAL: Bairro Bandeira Branca com Habitação de Interesse Social - Conjunto Habitacional Jacareí – G 1 e G 2

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada global

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Órgão: Secretaria de Mobilidade Urbana	
Unidade executora / Setor requisitante: Diretoria de Trânsito	
Responsável: Thiago José Teski dos Santos	Matrícula: 31267
E-mail: thiago.teski@jacarei.sp.gov.br	Processo:

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE PÚBLICA

A presente demanda decorre da necessidade de execução de obras de infraestrutura urbana no Bairro Bandeira Branca, Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2, compreendendo a execução de passeio público (calçadas), muro de arrimo e arborização urbana, conforme projeto básico aprovado.

A contratação é imprescindível para atendimento ao interesse público, melhoria das condições de mobilidade urbana, acessibilidade, segurança estrutural e qualificação ambiental da área, além do cumprimento do objeto pactuado no Convênio celebrado entre o Município de Jacareí e o Governo do Estado de São Paulo, no âmbito do Programa Casa Paulista – Desenvolvimento Urbano / Programa Bairro Paulista (Cidades Sustentáveis), CONVÊNIO SEI nº 013.00006979/2025-74

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, identificado através do item 1383, classe 620.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O escopo dessa contratação compreende a execução de passeio público (calçadas), muro de arrimo e arborização urbana, no Bairro Bandeira Branca – Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2. As coordenadas geográficas e o mapa de localização encontram-se no quadro seguinte.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO

Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2

Latitude: 23°20'13.5"S

Longitude: 46°00'00.1"W



*QRcode com a localização
do Conjunto Habitacional
no Google Maps*



Figura 01: Mapa de localização do Conjunto habitacional

O objetivo desta especificação é estabelecer requisitos mínimos, normas e padrões relativos aos aspectos de qualidade dos materiais e mão-de-obra a serem empregados nas obras da execução do passeio público (calçadas), muro de arrimo e arborização urbana. Juntamente com esta especificação devem ser consideradas as Normas e Leis Nacionais, Estaduais e Municipais que regulam materiais, serviços, segurança, instalação de canteiros de obras e demais aspectos das construções onde estes sejam aplicáveis. Em especial devem ser consideradas as normas ABNT relativas a materiais e serviços empregados. A execução da obra em todos os seus itens deve estar rigorosamente de acordo com os desenhos e especificações, devendo quaisquer propostas de alterações por motivo de ordem construtiva, econômica, de segurança ou qualquer outra, ser previamente submetidas à aprovação da Diretoria de Trânsito da Secretaria de Mobilidade Urbana da Prefeitura de Jacareí (DTR-SMOB-PMJ).

Eventuais divergências entre especificações e desenhos, desenhos de detalhes e de conjunto prevalecerão sempre os primeiros, exceto no caso de desenhos com datas diferentes onde prevalecerão os mais recentes. Além de consulta aos desenhos e as estas especificações, caberá ao construtor fazer medições na obra sempre que a natureza do item exigir. Salvo indicação contrária, o termo "ou similar" aplica-se a todos os materiais especificados entendendo-se por similares produtos ou instalações equivalentes em dimensões, qualidades e demais características técnicas que atendam as normas da ABNT.

Mesmo não especificado, fica subentendido que os materiais deverão ser novos e da melhor qualidade disponível no mercado, devendo ser aplicados em conformidade com esta especificação e as instruções dos respectivos fabricantes ou fornecedores. Quando exigido, a contratada deverá submeter à aprovação da Diretoria de Trânsito da Secretaria de Mobilidade Urbana da Prefeitura de Jacareí (DTR-SMOB-PMJ), amostras significativas dos materiais e, sempre que for necessário, submeter a ensaios antes de providenciar a sua execução.

Critério de seleção do fornecedor

- Modalidade: A licitação ocorrerá através da modalidade concorrência por tratar-se de obra comum.
- Forma da licitação: Eletrônica
- Critério de julgamento: Menor preço, aferido de forma global
- Modo de disputa: Aberto e Fechado
- Regime de execução: A forma de execução será empreitada por preço global, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos, mão de obra, encargos sociais, transportes, tributos, taxas, seguros, entre outros custos e despesas necessárias à execução completa dos serviços, conforme especificações técnicas e demais documentos constantes no edital e anexos.

4. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE

As estimativas de quantidade para a execução das obras estão definidas na planilha orçamentária, que especifica o quantitativo necessário para a sua realização.

5. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Considerando a natureza do objeto, verificou-se que o mercado dispõe de empresas especializadas e capacitadas para execução de obras de infraestrutura urbana similares, sendo prática comum a contratação por meio de licitação pública.

Foram analisadas as seguintes alternativas:

- Execução direta pela Administração;
- Contratação por administração direta;
- Contratação por empreitada.

A execução direta mostrou-se inviável em razão da ausência de estrutura operacional própria suficiente. A contratação por administração direta não se mostrou a mais adequada para o controle de custos.

Diante disso, optou-se pela contratação de empresa especializada, sob regime de empreitada por preço global, solução que assegura maior previsibilidade orçamentária, eficiência na execução e adequada alocação de riscos à contratada.

6. ESTIMATIVAS DE VALOR E LEVANTAMENTO DE MERCADO

O valor estimado da contratação é de R\$ 397.827,21 (trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos), conforme planilha orçamentária detalhada, elaborada com base em referências oficiais (CDHU e SINAPI), acrescida de BDI.

- Recurso Estadual (CONVÊNIO SEI nº 013.00006979/2025-74): R\$ 318.261,77 (trezentos e dezoito mil, duzentos e sessenta e um reais e setenta e sete centavos);
- Recurso Municipal: R\$ 79.565,44 (setenta e nove mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

A estimativa orçamentária que fundamenta a presente contratação foi elaborada com base nas tabelas oficiais CDHU nº 198, com desoneração, válida a partir de 27/06/2025, e SINAPI – referência 07/2025, com desoneração, válida a partir de 12/08/2025.

Esclarece-se que os projetos, o memorial descritivo e a planilha orçamentária foram desenvolvidos e submetidos à análise e validação técnica pelo órgão concedente em meados do exercício de 2025, no âmbito das tratativas que antecederam a formalização do convênio.

A celebração do convênio ocorreu posteriormente, no mês de dezembro de 2025, mantendo-se, contudo, os parâmetros técnicos e orçamentários previamente analisados e aprovados, de modo a preservar a coerência entre os projetos, os quantitativos e as composições de custos, bem como a compatibilidade com o objeto pactuado.

A opção por manter as referências originalmente analisadas evita a necessidade de readequações técnicas e orçamentárias que poderiam comprometer o cronograma do convênio.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a execução de obras e serviços de infraestrutura urbana, abrangendo a implantação de calçadas acessíveis, serviços paisagísticos (arborização) e a execução de muro de arrimo, conforme projetos executivos, memorial descritivo, planilha orçamentária e demais documentos técnicos que integram o processo.

As intervenções têm por finalidade promover a melhoria da mobilidade urbana, garantindo segurança, acessibilidade universal e conforto aos usuários, em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente a ABNT NBR 9050.

A execução das calçadas contempla serviços preliminares, demolições e remoções necessárias, regularização e compactação do solo, execução de base, lançamento de concreto, nivelamento e acabamento, implantação de piso podotátil direcional e de alerta (nas rampas), além de ajustes em dispositivos de drenagem existentes, de modo a assegurar o correto escoamento das águas pluviais e a durabilidade das estruturas.

O escopo inclui, ainda, serviços de paisagismo, com a execução de canteiros, plantio de grama e árvores, contribuindo para a qualificação do espaço urbano e mitigação de impactos ambientais.

A solução técnica prevê também a execução de muro de arrimo, conforme tipologia definida em projeto, incluindo escavações, fundações, execução de elementos estruturais em concreto armado e alvenaria estrutural, sistema de drenagem e impermeabilização, garantindo a estabilidade do terreno e a segurança das áreas adjacentes.

Todos os serviços deverão ser executados com materiais de primeira qualidade, mão de obra qualificada e observância rigorosa às especificações técnicas constantes do memorial descritivo, bem como às orientações da fiscalização, assegurando a adequada funcionalidade, segurança, durabilidade e desempenho das obras.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A contratação integrada dos serviços em um único lote mostra-se a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, permitindo maior compatibilidade entre as etapas de execução, melhor coordenação dos serviços, redução de

interferências e otimização dos prazos, além de garantir a uniformidade da responsabilidade técnica pela execução do objeto.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação pretendida, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- Melhoria das condições de mobilidade urbana, por meio da implantação de calçadas acessíveis, garantindo segurança, conforto e continuidade do deslocamento de pedestres;
- Atendimento às normas de acessibilidade vigentes, especialmente no que se refere à eliminação de barreiras arquitetônicas e à execução de rampas acessíveis, com implantação de piso podotátil exclusivamente nas áreas de rampas, conforme projetos e normas técnicas aplicáveis;
- Adequação e ordenamento do espaço urbano, por meio da execução de muros de pequena altura, conforme projetos, com a finalidade de contenção pontual e definição de áreas, assegurando o adequado funcionamento das calçadas e áreas adjacentes;
- Implantação de canteiros e plantio de árvores, atendendo às diretrizes estabelecidas no convênio firmado, voltadas à promoção de práticas sustentáveis, qualificação ambiental do espaço urbano e incentivo às políticas de cidades sustentáveis;
- Execução dos serviços dentro dos prazos, custos e padrões de qualidade estabelecidos, conforme projetos, memorial descritivo e planilha orçamentária, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos;
- Atendimento aos objetivos do convênio celebrado, garantindo a correta execução do objeto pactuado e a conformidade com as exigências técnicas, administrativas e de prestação de contas.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS ANTES DA CONTRATAÇÃO

Não serão necessárias providências de adequação ao ambiente da Prefeitura Municipal de Jacareí, nem capacitação dos servidores para a execução contratual, uma vez que se trata de um serviço de engenharia para o qual já há qualificação técnica para o acompanhamento.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes previstas que possam interferir no planejamento e execução das obras propostas nesta licitação.

12. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

A contratação contempla a adoção de práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com as diretrizes do convênio firmado e com a legislação vigente, especialmente no que se refere à execução de obras de infraestrutura urbana.

Dentre as práticas previstas, destacam-se:

- Implantação de canteiros e plantio de árvores, contribuindo para a ampliação da arborização urbana, melhoria do microclima, aumento da permeabilidade do solo e qualificação ambiental do espaço público;
- Adequação dos passeios públicos, incentivando a mobilidade ativa;
- Utilização de materiais e técnicas construtivas duráveis, compatíveis com as normas técnicas vigentes, visando à maior vida útil das estruturas e à redução de manutenções corretivas;
- Gestão adequada dos resíduos da construção civil, com segregação, transporte e destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação ambiental aplicável e com as exigências dos órgãos competentes;
- Cumprimento das normas ambientais e de segurança do trabalho, minimizando impactos ambientais durante a execução dos serviços e assegurando condições adequadas ao entorno e aos trabalhadores.

13. CONCLUSÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nos elementos coletados durante este estudo técnico preliminar, é possível afirmar que a contratação proposta é viável e razoável, uma vez que a localidade em questão carece de execução de passeio público (calçadas) e arborização urbana e que a maior parte do custo será realizado por meio de convênio com o Governo do Estado. Além disso, é necessário frisar que a municipalidade, por meio da Secretaria de Mobilidade Urbana, se encontra limitada nos quesitos mão de obra, materiais e equipamentos.

Portanto, a contratação atende aos objetivos do processo licitatório e é considerada tecnicamente, economicamente e ambientalmente viável.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<p>Thiago Teski Assinado de forma digital por Thiago Teski Dados: 2026.02.12 11:22:14 -03'00'</p> <hr/> <p>Nome: Thiago José Teski dos Santos Cargo/Função: Engenheiro Civil Matrícula: 31267</p> <p>Jacareí, 04 de fevereiro de 2026</p>	<p>EDSON ANIBAL DE AQUINO GUEDES FILHO:27657672897 Assinado digitalmente por EDSON ANIBAL DE AQUINO GUEDES FILHO:27657672897 ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=VideoConferencia, OU=29796279000143, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(em branco), CN=EDSON ANIBAL DE AQUINO GUEDES FILHO:27657672897 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização: Data: 2026.02.12 15:40:34-0300' Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1</p> <hr/> <p>Nome: Edson Anibal de Aquino Guedes Filho Cargo/Função: Secretário de Mobilidade Urbana Municipal</p> <p>Jacareí, 04 de fevereiro de 2026</p>

AUTORIDADE COMPETENTE
<p>EDSON ANIBAL DE AQUINO GUEDES FILHO:27657672897 Assinado digitalmente por EDSON ANIBAL DE AQUINO GUEDES FILHO:27657672897 ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=VideoConferencia, OU=29796279000143, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(em branco), CN=EDSON ANIBAL DE AQUINO GUEDES FILHO:27657672897 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização: Data: 2026.02.12 15:41:01-0300' Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1</p> <hr/> <p>Nome: Edson Anibal de Aquino Guedes Filho Cargo/Função: Secretário de Mobilidade Urbana Municipal</p> <p>Jacareí, 04 de fevereiro de 2026</p>

ANEXO I B

DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ indica como responsável técnico dos serviços relativos a presente Licitação o Sr(a) _____, **CREA** nº _____ ou **CAU** nº _____ ou **CFT/CRT** nº _____, que será o mesmo constante nos atestados quando houver.

Declaro que esta empresa se compromete a manter todas as condições técnicas necessárias para execução dos serviços durante toda a extensão do contrato, inclusive relativas à manutenção de profissionais habilitados, devidamente registrados pelo **CREA** ou **CAU** ou pelo Sistema **CFT/CRT**, detentores de Atestado de Responsabilidade Técnica (**ART**) ou Registro de Responsabilidade Técnica (**RRT**) ou Termo de Responsabilidade Técnica (**TRT**) por execução de serviços com características semelhantes ao objeto licitado.

No caso de substituição de algum profissional, o substituto possuirá experiência profissional equivalente ou superior ao do substituído, devendo o profissional ser o mesmo indicado nos atestados de capacidade técnica profissional quando exigidos, nos mesmos moldes do edital, estando, neste caso, condicionada sua aceitabilidade aos critérios de avaliação da Municipalidade pela aprovação ou não da substituição.

(Local e data)
EMPRESA LICITANTE/CNPJ
(Nome e identificação do licitante)
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO I C

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

(MODALIDADE E NÚMERO DA LICITAÇÃO)

(OBJETO DA LICITAÇÃO)

(NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA), (NÚMERO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA), representando a empresa (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob nº (NÚMERO DO CNPJ DA EMPRESA, com sede (ENDEREÇO DA EMPRESA), vem através deste declarar que vistoriou tecnicamente o local da futura execução do contrato, tomando conhecimento de todas as informações e das condições gerais para o cumprimento das obrigações desta licitação, estando em condições de formular suas propostas.

Data da visita: __/__/__

Horário da Visita: __/__/__

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA)

ANEXO I D

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA / VISTORIA TÉCNICA

(MODALIDADE E NÚMERO DA LICITAÇÃO)

(OBJETO DA LICITAÇÃO)

(NOME DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DA MESMA COM CNPJ, ENDEREÇO, ETC.), neste ato, representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DO MESMO, com procuração oficial ou, se sócio, deve constar no contrato social, inclusive qual a FUNÇÃO/CARGO na empresa), DECLARAMOS que nos foi amplamente disponibilizado pela Administração Pública realizar a VISITA/VISTORIA TÉCNICA, ao(s) local(is) de execução dos serviços, e que a OPÇÃO POR NÃO REALIZÁ-LA OU NÃO ser de nossa inteira responsabilidade, ASSUMINDO todo e qualquer risco por esta decisão e NOS COMPROMETEMOS a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e dos demais anexos que compõem esta licitação, contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura urbana, compreendendo a execução de passeio público (calçadas), muro de arrimo e arborização urbana, no Bairro Bandeira Branca – Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2, no Município de Jacareí, por meio de fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos, a ser realizada em área pública do Município de Jacareí.

Jacareí, _____ de _____ de 2026.

ANEXO I E – MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura urbana, compreendendo a execução de passeio público (calçadas), muro de arrimo e arborização urbana, no Bairro Bandeira Branca – Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2, no Município de Jacareí, por meio de fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos.

MUNICÍPIO: Jacareí

OBRA: Infraestrutura - Execução de passeio público, muro de arrimo e arborização urbana

LOCAL: Bairro Bandeira Branca com Habitação de Interesse Social - Conjunto Habitacional Jacareí – G 1 e G 2

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada global

MEMORIAL DESCRITIVO

MUNICÍPIO: Jacareí

OBRA: Infraestrutura - Execução de passeio público, muro de arrimo e arborização urbana

LOCAL: Bairro Bandeira Branca com Habitação de Interesse Social - Conjunto Habitacional Jacareí – G 1 e G 2

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada global

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente memorial e as especificações têm por finalidade estabelecer as diretrizes mínimas e fixar as características técnicas a serem observados na apresentação das propostas técnicas para a execução das obras e serviços do objeto em questão.

Os serviços serão executados com a utilização de materiais de primeira qualidade e mão de obra especializada, e devem obedecer ao prescrito pelas Normas vigentes.

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 – [02.08.020] Placa de identificação para obra

- 1) Será medido por área de placa executada (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento de materiais, acessórios para fixação e a mão-de-obra necessária para instalação de placa para identificação da obra, englobando os módulos referentes às placas do Governo do Estado de São Paulo, da empresa Gerenciadora, e do cronograma da obra, constituída por: chapa em aço galvanizado nº16 ou nº18, com tratamento anticorrosivo resistente às intempéries; fundo em compensado de madeira, espessura de 12 mm; requadro e estrutura em madeira; marcas, logomarcas, assinaturas e título da obra, conforme especificações do Manual de Padronização de Assinaturas do Governo do Estado de São Paulo e da empresa Gerenciadora; pontaletes de Erisma uncinatum (conhecido como Quarubarana ou Cedrinho), ou Qualea spp (conhecida como Cambará), de 3 x 3. Não remunera as placas dos fornecedores.

Obs.: As placas de obra e apoio deverão ter suas medidas, cores e proporções conforme padronização do Governo do Estado de São Paulo, estabelecidas no Manual de Comunicação Visual da Secretaria de Comunicações do Estado de São Paulo, conforme disponibilizado no site <http://www.comunicacao.sp.gov.br/identidade-visual>. Serão fixadas nos locais onde os serviços serão executados durante o todo o período de vigência do convênio nas dimensões de 4,00m x 1,50m = 6,00 m².

1.2– [02.09.030] Limpeza manual do terreno, inclusive troncos até 5 cm de diâmetro, com caminhão à disposição dentro da obra, até o raio de 1 km

- 1) Será medido pela área real do terreno, onde ocorrer a limpeza manual de vegetação (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento de caminhão basculante, a mão de obra necessária e ferramentas auxiliares para a execução dos serviços executados manualmente com auxílio de ferramental apropriado para a roçada, derrubada de árvores e arbustos, destocamento, fragmentação de galhos e troncos, empilhamento e transporte, abrangendo: a remoção de vegetação, árvores e arbustos com diâmetro do tronco até 5 cm, medidos na altura de 1 m do solo, capim. etc.; arrancamento e remoção de tocos, raízes e troncos; raspagem manual da camada de solo vegetal na espessura mínima de 15 cm; carga manual; e o transporte, interno na obra, num raio de um quilômetro.

1.3– [05.07.040] Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal

- 1) Será medido por volume de entulho retirado e não misturado, aferido na caçamba (m³).
- 2) O item remunera o fornecimento dos serviços de carregamento manual de terra ou alvenaria ou concreto ou argamassa ou madeira ou papel ou plástico ou metal até a caçamba, remoção e transporte da caçamba até unidade de destinação final indicada pelo Município onde ocorrer a geração e retirada do entulho, ou área licenciada para tal finalidade pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), e que atenda às exigências de legislação municipal, acondicionados em caçambas distintas, sem mistura de material, abrangendo:
 - a) A empresa ou prestadora dos serviços de remoção do entulho, resíduos provenientes da construção civil, deverá cumprir todas as exigências e

determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Decreto nº 37952, de 11 de maio de 1999, e normas;

b) Fornecimento de caçamba metálica de qualquer tamanho, na obra, remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vazia, o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo;

c) Fornecimento da mão de obra e recipientes adequados, necessários para o transporte manual, vertical ou horizontal, do material de entulho, até o local onde está situada a caçamba;

d) Proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais na caçamba;

e) A mão de obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários ao carregamento, transporte e descarga deverão ser condizentes com a natureza dos serviços prestados.

f) Na retirada do entulho, a empresa executora dos serviços de coleta e transporte, deverá apresentar o Controle de Transporte de Resíduos (CTR) devidamente preenchido, contendo informações sobre o gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, unidade de disposição final, bem como o comprovante declarando a sua correta destinação;

g) Estão inclusos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos regulamentadores das atividades envolvidas. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114 e Nota Técnica da NBR 10004/2004.

1.4– [02.01.180] Banheiro químico modelo Standard, com manutenção conforme exigências CETESB

1) Será medido por unidade de banheiro químico alugado por mês (un x mês).

2) O item remunera a locação de banheiro químico, modelo standard, incluindo o transporte e instalação da cabine. Remunera também a mão de obra necessária para retirada de efluentes 1 vez por semana. O descarte dos efluentes deverá ser em locais autorizados conforme exigências da CETESB.

1.5– [02.02.150] Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²

- 1) Será medido por unidade de container multiplicado pelo número inteiro de meses alocado na obra (un x mês).
- 2) O item remunera a alocação, traslado até o local da obra, montagem, instalação, desmontagem e a remoção completa de container módulo para depósito, com instalações internas completas, conforme NR18 (2015). Área mínima de 13,80 m².

2. EXECUÇÃO DE CALÇADAS

2.1 Serviços preliminares

2.1.1 – [04.40.030] Retirada manual de guia pré-moldada, inclusive limpeza e empilhamento

- 1) Será medido por comprimento real de guia pré-moldada retirada, medido no projeto, ou conforme levantamento cadastral, ou aferido antes da retirada (m).
- 2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária e o ferramental apropriado para a execução dos serviços: desmonte manual de guia pré-moldada, inclusive o apoio em concreto; a seleção e separação do material, a limpeza e a acomodação manual das peças em lotes, para o reaproveitamento, ou remoção. A execução dos serviços deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e nas Normas Técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.

2.1.2 – [03.01.230] Demolição mecanizada de concreto simples, inclusive fragmentação e acomodação do material

- 1) Será medido pelo volume real demolido, medido no projeto, ou conforme levantamento cadastral, ou aferido antes da demolição (m³).
- 2) O item remunera o fornecimento da mão de obra necessária e dos equipamentos adequados para a execução dos serviços de: desmonte, demolição e fragmentação de elementos em concreto simples com rompedor pneumático (martelete); a seleção e acomodação manual do entulho em lotes. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.

2.1.3 – [05.08.100] Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 10° km até o 15° km

- 1) Será medido por volume de entulho, aferido no caminhão, sendo a distância de transporte considerada desde o local de carregamento até o local de despejo, menos 1 quilômetro (m³).
- 2) O item remunera o fornecimento de caminhão basculante, com caçamba reforçada, e a mão de obra necessária para a execução do serviço de transporte do material de entulho, para distâncias superiores a 10 quilômetros até 15 quilômetros. Remunera também o retorno do veículo descarregado. Todo entulho gerado deverá obedecer à Lei nº 14.803, de 26 de junho de 2008 e à Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.

2.1.4 – [05.09.006] Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte

- 1) Será medido por tonelada de material inerte aferido no local de recolhimento (t).
- 2) O item remunera a taxa de descarte de material inerte em aterro certificado pela CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), CADRI (Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental) e credenciado pelos órgãos legisladores para Região Metropolitana de São Paulo. Conversão de acordo com a NBR 6120
 - a) Blocos artificiais: Blocos de argamassa 2200 kg/m³; cimento 2000 kg/m³; lajotas cerâmicas 1800 kg/m³; tijolos furados 1300 kg/m³; tijolos maciços 1800 kg/m³; tijolos sílico-calcários 2000 kg/m³;
 - b) Revestimentos e concretos: Argamassa de cal, cimento e areia 1900 kg/m³; argamassa de cimento e areia 2100 kg/m³; concreto simples 2400 kg/m³; concreto armado 2500 kg/m³;
 - c) Forro fibra mineral 300 Kg/m³.

2.1.5 – [06.01.020] Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto

- 1) Será medido pelo volume real escavado (m³).
- 2) O item remunera o fornecimento da mão de obra necessária para a escavação manual em solo, de primeira ou segunda categoria, em campo aberto.

2.1.6 – [05.10.024] Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 10º km até o 15º km

- 1) Será medido pelo volume de solo, aferido na caixa, sendo a distância de transporte considerada desde o local de carregamento até a unidade de destinação final, ou da jazida, até o local de descarregamento, menos 1 quilômetro (m³).
- 2) O item remunera o tempo do veículo à disposição, para o carregamento, descarregamento e manutenção; os serviços de: transporte, descarregamento, e o retorno do veículo descarregado, para distâncias superiores a 10 quilômetros até 15 quilômetros. O serviço de transporte de solo até unidade de destinação final deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Estão inclusos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos regulamentadores das atividades envolvidas. Não remunera os serviços de espalhamento quando necessário. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.

2.1.7 – [05.09.007] Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra

- 1) Será medido por metro cubico de terra descartado aferido pelo volume da caçamba.
- 2) O item remunera a taxa de descarte de solo seco, limpo, e não contaminado em aterro certificado pela CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), CADRI (Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental) e credenciado pelos órgãos legisladores para Região Metropolitana de São Paulo.

2.1.8 – [54.01.010] Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal

- 1) Será medido por área de plataforma, aferida na projeção horizontal, com regularização e compactação executada (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento de equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários para a execução de regularização e compactação mecanizada, englobando os serviços: regularização e compactação em solo, para a implantação de plataforma destinada à pavimentação; acabamento da superfície, para o acerto das

cotas; locação por meio de piquetes, do eixo e cotas do greide. Remunera também os serviços de mobilização e desmobilização.

2.2 Concreto

2.2.1 – [09.01.020] Forma em madeira comum para fundação

- 1) Será medido pelo desenvolvimento das áreas em contato com o concreto, não se descontando áreas de interseção até 0,20 m² (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento dos materiais e a mão de obra para execução e instalação da forma, incluindo escoras, gravatas, desmoldante e desforma.

2.2.2 – [11.18.040] Lastro de pedra britada

- 1) Será medido pelo volume acabado, na espessura aproximada de 5 cm (m³):
 - a) Para escavação manual, será medido pela área do fundo de vala;
 - b) Para escavação mecanizada, será medido pelo limite.
- 2) O item remunera o fornecimento de pedra britada em números médios e a mão de obra necessária para o apiloamento do terreno e execução do lastro.

2.2.3 – [11.18.060] Lona plástica preta – uso geral

- 1) Será medido pela área de lona plástica aplicada (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento de lona plástica preta, uso geral, espessura de 150 micras e a mão de obra necessária para a aplicação da lona.

2.2.4 – [10.02.020] Armadura em tela soldada de aço

- 1) Será medido pelo peso nominal das telas constantes no projeto de armadura (kg).
- 2) O item remunera o fornecimento de tela soldada em aço CA-60 ou CA-50, transporte e colocação de telas de qualquer bitola; estão incluídos no item os serviços e materiais secundários como arame, espaçadores, emendas e perdas por desbitolamento, cortes e pontas de transpasse para emendas.

2.2.5 – [11.01.130] Concreto usinado, fck = 25 MPa

- 1) Será medido pelo volume calculado no projeto de formas, sendo que o volume da interseção dos diversos elementos estruturais deve ser computado uma só vez (m³).

2) O item remunera o fornecimento, posto obra, de concreto usinado, resistência mínima à compressão de 25 MPa, plasticidade (slump) de 5 + 1 cm.

2.2.6 – [11.16.020] Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento

- 1) Será medido pelo volume acabado, nas dimensões indicadas em projeto (m³).
- 2) O item remunera o fornecimento de equipamentos e mão de obra necessários para o transporte interno à obra, lançamento e adensamento de concreto ou massa em lastro; remunera também o apiloamento do terreno, quando necessário.

2.2.7 – [11.16.220] Nivelamento de piso em concreto com acabadora de superfície

- 1) Será medido por área de piso em concreto nivelado e alisado (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento de equipamentos, ferramentas apropriadas e a mão de obra especializada necessária para a execução dos serviços: aplicação de régua vibratória treliçada ou régua vibratória simples; aplicação de rodo de corte; flotação; aplicação de rodo de corte; queima do piso com a alisadora de concreto simples, ou dupla; e o acabamento final com a utilização de desempenos manuais apropriados, resultando num piso acabado com declividade mínima de 0,5%, ou conforme indicado em projeto. Não remunera o fornecimento, o lançamento e o adensamento do concreto.

2.2.8 – [11.20.050] Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos

- 1) Será medido pelo comprimento total de juntas serradas (m).
- 2) O item remunera o fornecimento de equipamento e a mão de obra necessária para a execução de corte de juntas por meio de serra de discos diamantados, na largura mínima de 3 mm, e profundidade mínima de 3 cm, em pisos de concreto ou de alta resistência.

2.3 Piso podotátil

2.3.1 – [30.04.034] Piso em ladrilho hidráulico podotátil várias cores, assentado com argamassa mista

- 1) Será medido pela área revestida com ladrilho hidráulico, descontando-se toda e qualquer interferência, acrescentando-se as áreas desenvolvidas por espaletas ou dobras (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento de ladrilho hidráulico podotátil, para portadores de deficiência visual, medidas variadas desde que atendam às normas vigentes, com espessura média de 2,5cm/3,0cm, em várias cores; referência comercial ladrilho hidráulico Mosaicos Amazonas, Pisos Paulista, Mosaicos Bernardi ou equivalente; cimento, areia, materiais acessórios e a mão de obra necessária para os serviços: preparo e aplicação da argamassa mista de assentamento; assentamento de ladrilho hidráulico, conforme paginação prevista em projeto, sobre superfície regularizada e gabarito conforme recomendações dos fabricantes e atendendo às exigências das Normas NBR 16537 e NBR 9050. Não remunera os serviços de regularização da superfície e rejuntamento do piso.

3. HIDRÁULICA

3.1– [46.02.070] Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões

- 1) Será medido por comprimento de tubulação executada (m). a) Nas redes de captação dos sistemas prediais de esgoto e águas pluviais, prumadas, coletores e subcoletores, considerar o comprimento total da tubulação executada.
- 2) O item remunera o fornecimento de materiais e mão de obra, e instalação de tubos de PVC rígido branco, PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões. Nos tubos deverão estar gravados marca do fabricante, norma de fabricação e o diâmetro do tubo; remunera também:
 - a) Solução limpadora e pasta lubrificante para juntas elásticas, materiais acessórios e eventuais perdas de corte;
 - b) Abertura e fechamento de rasgos para tubulações embutidas, ou escavação e reaterro apiloado de valas com profundidade média de 60 cm para tubulações

enterradas ou fixação por grampos ou presilhas para tubulações aparentes. Normas técnicas: NBR-5688, NBR-8160.

Observação: em alguns pontos da calçada, há canaletas de água pluvial que deverão ser substituídas por tubo de PVC para o escoamento da água. Exemplo das canaletas existentes. Os pontos estão destacados no projeto.



Detalhe da canaleta de água pluvial na **Área D3** do projeto na Rua Mauro Matheus Moreira Nascimento Silva



Detalhe da canaleta de água pluvial na **Área D1** do projeto na Rua Marina de

4. CANTEIRO DAS ÁRVORES

4.1 – [34.02.040] Plantio de grama batatais em placas (jardins e canteiros)

- 1) Será medido pela área real de terreno onde ocorrer o plantio de grama (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento de grama Batatais (*Paspalum notatum*) em placas, terra vegetal e a mão-de-obra necessária para a execução dos serviços de: preparo do solo; plantio das placas justapostas, promovendo a completa forração da superfície; irrigação; e cobertura com terra vegetal, em jardins e canteiros. Remunera também a rega e conservação para pega das mudas e a substituição de placas que não pegarem, num prazo de 30 dias.

Obs.: Serão plantadas 21 mudas, todas com canteiros de 0,70 m x 1,40 m. Além dessas mudas, serão feitos canteiros nas 05 árvores já existentes nas calçadas (ver projeto), totalizando 26 canteiros

4.2 – [34.04.130] Árvore ornamental tipo Ipê Amarelo - h= 2,00 m

- 1) Será medido por unidade de árvore plantada (un).

2) O item remunera o fornecimento da muda de árvore ornamental, tipo Ipê Amarelo (*Tabebuia chrysotricha*), com altura média de 2,00m e diâmetro na altura do peito (D.A.P.) mínimo de 2,50cm, tutor em estaca de bambu ou madeira apropriada e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: transporte da muda até o local do plantio, plantio da árvore, cobertura com terra vegetal orgânica, irrigação, instalação do tutor com profundidade mínima de 50cm e altura compatível com a altura da muda; remunera também mão de obra para abertura de cova e/ou coveta, a rega e conservação para pega da muda e eventual substituição da muda que não pegar, num prazo de 60 dias e/ou conforme fiscalização.

4.3 – [34.04.280] Árvore ornamental tipo Manacá-da-serra - h= 2,00 m

- 1) Será medido por unidade de árvore plantada (un).
- 2) O item remunera o fornecimento da muda de árvore ornamental, tipo Manacá-da-serra (*Tibouchina mutabilis*) com altura média de 2,00m e diâmetro na altura do peito (D.A.P.) mínimo de 2,50cm; tutor em estaca de bambu ou madeira apropriada e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: transporte da muda até o local do plantio; plantio da árvore; cobertura com terra vegetal orgânica; irrigação; instalação do tutor com profundidade mínima de 50cm e altura compatível com a altura da muda; remunera também mão de obra para abertura de cova e/ou coveta, a rega e conservação para pega da muda e eventual substituição da muda que não pegar, num prazo de 60 dias e/ou conforme fiscalização.

4.4 – [34.04.370] Árvore ornamental tipo Quaresmeira - h= 1,50 / 2,00 m

- 1) Será medido por unidade de árvore plantada (un).
- 2) O item remunera o fornecimento da muda de árvore ornamental, tipo quaresmeira (*Tibouchina granulosa*), com altura média de 1,50m até 2,00m e diâmetro na altura do peito (D.A.P.) mínimo de 2,50cm, tutor em estaca de bambu ou madeira apropriada e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: transporte da muda até o local do plantio; plantio da árvore, cobertura com terra vegetal orgânica, irrigação, instalação do tutor com profundidade mínima de 50cm e altura compatível com a altura da muda; remunera também mão de obra para abertura de cova e/ou coveta, a rega e conservação para pega da muda e eventual substituição da muda que não pegar, num prazo de 60 dias e/ou conforme fiscalização.

4.5– [SINAPI 98520] APLICAÇÃO DE ADUBO EM SOLO. AF_07/2024

- 1) Utilizar a área do terreno que receberá a aplicação de adubo (m²).
- 2) Os esforços incluem o transporte de materiais na frente de trabalho.
- 3) O adubo é lançado manualmente no solo; Em seguida, espalha-se com ancinho (vassoura metálica) ou enxada.

5. MURO DE ARRIMO

Considerando o modelo adotado com brocas para evitar escavações mais largas em direção ao maciço, adotou-se o modelo MA02D01 das tipologias apresentadas pela CDHU.

5.1 [07.01.020] Escavação e carga mecanizada em solo de 1ª categoria, em campo aberto

- 1) Será medido pelo volume de corte, considerado na caixa (m³).
- 2) O item remunera o fornecimento de equipamentos, materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução de corte, em campo aberto, para solos de primeira categoria, englobando os serviços: escavação e carga mecanizadas; transporte interno a obra, num raio de um quilômetro; descarregamento para distâncias inferiores a um quilômetro; locação dos platôs e taludes; nivelamento, acertos e acabamentos manuais. Não remunera a limpeza e raspagem do terreno, incluindo a retirada de raízes e troncos.

5.2 [06.11.040] Reaterro manual apiloado sem controle de compactação

- 1) Será medido pelo volume de reaterro em valas, poços ou cavas executado (m³).
- 2) O item remunera o fornecimento da mão de obra necessária para a execução dos serviços de reaterro manual apiloado, com material existente ou importado, sem controle de compactação.

5.3 [05.10.024] Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 10º km até o 15º km

- 1) Será medido pelo volume de solo, aferido na caixa, sendo a distância de transporte considerada desde o local de carregamento até a unidade de destinação final, ou da jazida, até o local de descarregamento, menos 1 quilômetro (m³).

2) O item remunera o tempo do veículo à disposição, para o carregamento, descarregamento e manutenção; os serviços de: transporte, descarregamento, e o retorno do veículo descarregado, para distâncias superiores a 10 quilômetros até 15 quilômetros. O serviço de transporte de solo até unidade de destinação final deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Estão inclusos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos regulamentadores das atividades envolvidas. Não remunera os serviços de espalhamento quando necessário. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.

5.4[05.09.007] Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra

- 1) Será medido por metro cubico de terra descartado aferido pelo volume da caçamba.
- 2) O item remunera a taxa de descarte de solo seco, limpo, e não contaminado em aterro certificado pela CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), CADRI (Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental) e credenciado pelos órgãos legisladores para Região Metropolitana de São Paulo.

5.5[02.10.050] Locação para muros, cercas e alambrados

- 1) Será medido por comprimento de muros, cercas ou alambrados locados (m).
- 2) O item remunera o fornecimento de veículo para locomoção, materiais, mão-de-obra qualificada e equipamentos necessários para execução de serviços de locação de muros, cercas ou alambrados.

5.6[06.01.020] Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto (para baldrame)

- 1) Será medido pelo volume real escavado (m³).
- 2) O item remunera o fornecimento da mão de obra necessária para a escavação manual em solo, de primeira ou segunda categoria, em campo aberto.

5.7[54.01.010] Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal

- 1) Será medido por área de plataforma, aferida na projeção horizontal, com regularização e compactação executada (m^2).
- 2) O item remunera o fornecimento de equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários para a execução de regularização e compactação mecanizada, englobando os serviços: regularização e compactação em solo, para a implantação de plataforma destinada à pavimentação; acabamento da superfície, para o acerto das cotas; locação por meio de piquetes, do eixo e cotas do greide. Remunera também os serviços de mobilização e desmobilização.

5.8[11.04.020] Concreto não estrutural executado no local, mínimo 150 kg cimento / m^3

- 1) Será medido pelo volume acabado, nas dimensões indicadas em projeto (m^3).
- 2) O item remunera o fornecimento de betoneira, pedra britada números 1 e 2, cimento, areia e a mão de obra necessária para o preparo do concreto não estrutural, com teor mínimo de 150 kg de cimento por m^3 de concreto.

5.9[11.16.020] Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento

- 1) Será medido pelo volume acabado, nas dimensões indicadas em projeto (m^3).
- 2) O item remunera o fornecimento de equipamentos e mão de obra necessários para o transporte interno à obra, lançamento e adensamento de concreto ou massa em lastro; remunera também o apiloamento do terreno, quando necessário.

5.10[09.01.020] Formas em madeira comum para fundação

- 1) Será medido pelo desenvolvimento das áreas em contato com o concreto, não se descontando áreas de interseção até $0,20 m^2$ (m^2).
- 2) O item remunera o fornecimento dos materiais e a mão de obra para execução e instalação da forma, incluindo escoras, gravatas, desmoldante e desforma.

5.11[10.01.060] Armadura em barra de aço CA-60 (A ou B) $f_yk = 600 MPa$

- 1) Será medido pelo peso nominal das bitolas constantes no projeto de armadura (kg).

2) O item remunera o fornecimento de aço CA-60 (A ou B) com f_y igual 600 MPa, dobramento, transporte e colocação de armaduras de qualquer bitola e qualquer comprimento; estão incluídos no item os serviços e materiais secundários como arame, espaçadores, perdas decorrentes de desbitolamento, cortes e pontas de traspasse para emendas.

5.12 [10.01.040] Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) f_y = 500 MPa

- 1) Será medido pelo peso nominal das bitolas constantes no projeto de armadura (kg).
- 2) O item remunera o fornecimento de aço CA-50 (A ou B) com f_y igual 500 MPa, dobramento, transporte e colocação de armaduras de qualquer bitola e qualquer comprimento; estão incluídos no item os serviços e materiais secundários como arame, espaçadores, perdas decorrentes de desbitolamento, cortes e pontas de traspasse para emendas.

5.13 [11.01.130] Concreto usinado, f_{ck} = 25 Mpa

- 1) Será medido pelo volume calculado no projeto de formas, sendo que o volume da interseção dos diversos elementos estruturais deve ser computado uma só vez (m^3).
- 2) O item remunera o fornecimento, posto obra, de concreto usinado, resistência mínima à compressão de 25 MPa, plasticidade (slump) de 5 + 1 cm.

5.14 [06.11.040] Reaterro manual apiloado sem controle de compactação

- 1) Será medido pelo volume de reaterro em valas, poços ou cavas executado (m^3).
- 2) O item remunera o fornecimento da mão de obra necessária para a execução dos serviços de reaterro manual apiloado, com material existente ou importado, sem controle de compactação.

5.15 [12.01.041] Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm – completa

- 1) Será medido pelo comprimento, considerando-se a distância entre o respaldo inferior do bloco e a extremidade inferior de apoio da broca (m).
- 2) O item remunera o fornecimento dos materiais e a mão de obra para a perfuração, armação, preparo e lançamento do concreto, para a execução de brocas com diâmetro de 25 cm.

5.16[46.13.026] Tubo em polietileno de alta densidade corrugado perfurado, DN= 6', inclusive conexões

- 1) Será medido por comprimento de tubulação instalada (m).
- 2) O item remunera o fornecimento e instalação de tubo-dreno flexível, inclusive conexões, com diâmetro nominal de 6 (170 mm), diâmetro externo de 169 mm e diâmetro interno de 149 mm, em polietileno de alta densidade PEAD, corrugado perfurado, flexível, resistente a agentes químicos e intempéries, para drenagem; referência Geotubo Kananet da Kanaflex ou equivalente; não remunera os serviços de escavação.

5.17[46.12.340] Meio tubo de concreto, DN = 200mm

- 1) Será medido por comprimento de tubulação instalada (m).
- 2) O item remunera o fornecimento de meio tubo em concreto simples, seção circular, com juntas rígidas argamassadas, para drenagem de águas pluviais, diâmetro nominal de 200 mm; argamassa de cimento e areia, traço 1:3, para a junta. Remunera também a mão-de-obra necessária para a execução dos serviços: carregamento, assentamento, alinhamento e nivelamento dos meio tubos; encaixe da ponta do meio tubo, de forma centrada; execução e aplicação da argamassa na bolsa do meio tubo; e o escoramento do meio tubo com solo proveniente da escavação. Não remunera os serviços de escavação de valas, nem de execução de berço para o assentamento. Norma técnica: NBR 8890.

5.18[32.17.010] Impermeabilização em argamassa impermeável com aditivo hidrófugo

- 1) Será medida pelo volume de argamassa aplicada (m³).
- 2) O item remunera o fornecimento de impermeabilização com argamassa impermeável com aditivo hidrófugo, compreendendo:
 - a) Argamassa de cimento e areia no traço: uma parte de cimento para três de areia (1:3);
 - b) Hidrófugo impermeabilizante pela redução do ângulo de molhagem dos poros dos substratos, permitindo a respiração dos materiais; referência comercial Vedacit da Otto Baumgart, Sika 1 da Sika ou equivalente;

c) Materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: - Preparo da argamassa de cimento e areia no traço 1:3, com adição de 2 kg de hidrófugo a cada 50 kg de cimento; - Aplicação da argamassa sobre superfície áspera e isenta de partículas soltas, em camadas de aproximadamente 1 cm, perfazendo um total de 2 a 3 cm, conforme recomendações dos fabricantes.

5.19 [14.11.221] Alvenaria de bloco de concreto estrutural 14cm – classe B

- 1) Será medido por área de superfície executada, descontando-se todos os vãos (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento de materiais e mão de obra necessária para a execução de alvenaria estrutural, para uso revestido/aparente, confeccionada em bloco vazado de concreto de 14 cm e resistência mínima a compressão de 4 MPa, classe B; assentada com argamassa mista de cimento, cal hidratada e areia. Norma técnica: NBR 16868/20.

5.20 [10.01.040] Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa

- 1) Será medido pelo peso nominal das bitolas constantes no projeto de armadura (kg).
- 2) O item remunera o fornecimento de aço CA-50 (A ou B) com fyk igual 500 MPa, dobramento, transporte e colocação de armaduras de qualquer bitola e qualquer comprimento; estão incluídos no item os serviços e materiais secundários como arame, espaçadores, perdas decorrentes de desbitolamento, cortes e pontas de traspasse para emendas.

5.21 [08.06.040] Barbacã em tubo de PVC com diâmetro 50 mm

- 1) Será medido por comprimento de tubulação instalada (m).
- 2) O item remunera o fornecimento de tubo de PVC, tipo ponta e bolsa com virola, com diâmetro de 50 mm, inclusive acessórios, pedra britada, manta geotêxtil e a mão de obra necessária para a colocação e fixação do tubo, quando necessária.

5.22 [08.05.180] Manta geotêxtil com resistência à tração longitudinal de 10kN/m e transversal de 9kN/m

- 1) Será medido pela área de manta instalada (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento de manta geotêxtil com resistência à tração longitudinal de 10 KN/m e resistência à tração transversal de 9 KN/m; referência

comercial: linha Bidim RT ou equivalente. Remunera também materiais, acessórios e a mão de obra necessária para instalação da manta.

5.23 [11.05.040] Argamassa graute

1) Será medido por volume de argamassa (m³):

a) Para a execução de enchimentos ou elementos em argamassa graute deverá ser considerado o volume real utilizado;

b) Na execução de alvenaria autoportante deverá ser considerado o volume utilizado para o enchimento dos vazios ou furos dos blocos, que contenham armação, com função de cinta ou pilar, conforme tabela abaixo:

CINTAS - BLOCO DE CONCRETO - BLOCO CERÂMICO

SEÇÃO 09 x 19 cm - 0,006110 m³ / m - 0,00850 m³ / m

SEÇÃO 14 x 19 cm - 0,011666 m³ / m - 0,00850 m³ / m

SEÇÃO 19 x 19 cm - 0,017064 m³ / m - 0,01275 m³ / m

SEÇÃO 19 x 39 cm - 0,035055 m³ / m - 0,02550 m³ / m

SEÇÃO 14 x 39 cm - 0,01700 m³ / m

PILARES - BLOCO DE CONCRETO - BLOCO CERÂMICO

ESPESSURA 14 cm - 0,011859 m³ / furo / m - 0,00693 m³ / furo / m

ESPESSURA 19 cm - 0,019790 m³ / furo / m - 0,01050 m³ / furo / m

2) O item remunera o fornecimento de cimento, areia, cal hidratada, pedrisco e a mão de obra necessária para o preparo da argamassa graute.

5.24 [46.02.060] Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 75 mm, inclusive conexões

1) Será medido por comprimento de tubulação executada (m). a) Nas redes de captação dos sistemas prediais de esgoto e águas pluviais, prumadas, coletores e subcoletores, considerar o comprimento total da tubulação executada.

2) O item remunera o fornecimento de materiais e mão de obra, e instalação de tubos de PVC rígido branco, PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 75 mm, inclusive conexões. Nos tubos deverão estar gravados marca do fabricante, norma de fabricação e o diâmetro do tubo; remunera também:

a) Solução limpadora e pasta lubrificante para juntas elásticas, materiais acessórios e eventuais perdas de corte;

b) Abertura e fechamento de rasgos para tubulações embutidas, ou escavação e reaterro apilado de valas com profundidade média de 60 cm para tubulações enterradas ou fixação por grampos ou presilhas para tubulações aparentes. Normas técnicas: NBR-5688, NBR-8160.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os serviços relacionados e quantificados na planilha orçamentária e memória de cálculo fornecida por esta Municipalidade retratam a necessidade do objeto apresentado.

Jacareí, 19 de agosto de 2025.

LAURA MAGNATTI
PERETI
SIMOES:29539823889

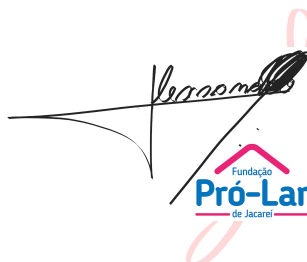
Assinado de forma digital por
LAURA MAGNATTI PERETI
SIMOES:29539823889
Dados: 2025.08.19 11:35:25
-03'00'

LAURA MAGNATTI PERETI SIMÕES

Responsável Técnica

CAU nº A46.486-4

De acordo,



Fundação
Pró-Lar
de Jacareí

Assinado de forma digital por
ALEXSANDRO QUADROS DA
ROCHA:32523118874
DN: c=BR, ou=Presencial,
ou=22106571000148, ou=AC
SyngularID Multipla, o=ICP-Brasil,
cn=ALEXSANDRO QUADROS DA
ROCHA:32523118874
Dados: 2025.08.19 16:41:59 -03'00'

ALEXSANDRO QUADROS DA ROCHA

Presidente da Fundação Pró-lar de Jacareí

CELSO
FLORENCIO
DE SOUZA:
34520675804

Assinado digitalmente por CELSO
FLORENCIO DE SOUZA:34520675804
DN: G=BR, O=ICP-Brasil,
OU=Certificado Digital PF A3,
OU=Presencial, OU=22106571000148,
OU=AC SyngularID Multipla, CN=CELSO
FLORENCIO DE SOUZA:34520675804
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de
assinatura aqui
Data: 2025.08.20 08:50:56-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.2

CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA

Prefeito de Jacareí

ANEXO I F – MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura urbana, compreendendo a execução de passeio público (calçadas), muro de arrimo e arborização urbana, no Bairro Bandeira Branca – Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2, no Município de Jacareí, por meio de fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos.

MUNICÍPIO: Jacareí

OBRA: Infraestrutura - Execução de passeio público, muro de arrimo e arborização urbana

LOCAL: Bairro Bandeira Branca com Habitação de Interesse Social - Conjunto Habitacional Jacareí – G 1 e G 2

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada global

MEMÓRIA DE CÁLCULO (INCLUSIVE COMPOSIÇÕES E ORÇAMENTOS)

MUNICÍPIO: Jacareí

OBRA: Infraestrutura - Execução de passeio público, muro de arrimo e arborização urbana

LOCAL: Bairro Bandeira Branca com Habitação de Interesse Social - Conjunto Habitacional Jacareí – G 1 e G 2

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada global

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 – [02.08.020] Placa de identificação para obra

Área: Placa com medida de 4,00m x 1,50m = **6,00 m²**

1.2 – [02.09.030] Limpeza manual do terreno, inclusive troncos até 5 cm de diâmetro, com caminhão à disposição dentro da obra, até o raio de 1 km

Área: 49,76 (Área A) + 127,62 (Área B) + 18,30 (Área C1) + 19,74 (Área C2) + 127,37 (Área C3) + 85,96 (Área C4) + 145,18 (Área C5) + 633,26 (Área D1) + 15,73 (Área D2) + 342,29 (Área D3) + 33,46 (Área D4) + 14,68 (Área D5) + 17,20 (Área D6) = **1.630,55 m²**

Observação: Conforme critério de medição da CDHU, "raspagem manual da camada de solo vegetal na espessura mínima de 15 cm"

1.3 – [05.07.040] Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal

Volume: área de limpeza manual do terreno (1.630,55 m²) x 0,15 m (espessura mínima de raspagem conforme critério de medição) = **244,58 m³**

1.4 – [02.01.180] Banheiro químico modelo Standard, com manutenção conforme exigências CETESB

Quantidade: 01 unidade por mês (6 meses de obra) = **6,00 unidades**

1.5 – [02.02.150] Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²

Quantidade: 01 unidade por mês (6 meses de obra) = **6,00 unidades**

2. EXECUÇÃO DE CALÇADAS

2.1 Serviços preliminares

2.1.1 – [04.40.030] Retirada manual de guia pré-moldada, inclusive limpeza e empilhamento

Quantidade: 11 rampas x 1,20 m = **13,20 m**

2.1.2 – [03.01.230] Demolição mecanizada de concreto simples, inclusive fragmentação e acomodação do material

Volume: área demolida x 0,12 m (0,05 m de lastro de pedra britada + 0,07 m de concreto)

Volume: [9,00 (Área A) + 4,54 (Área C2) + 4,28 (Área C3) + 7,05 (Área C4) + 27,40 (Área C5) + 24,30 (Área D1) + 4,81 (Área D3) + 12,34 (Área D4)] x 0,12 = 93,72 m² x 0,12 m = **11,25 m³**

2.1.3 – [05.08.100] Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 10º km até o 15º km

Volume: 11,25 m³ da demolição mecanizada + volume das guias retiradas (13,20 m x 0,15 m x 0,30 m) x 30% de empolamento = (11,25 + 0,59) x 1,30 = **15,39 m³**

Observação: considerando guias com 0,15 m de espessura e 0,30 m de altura

2.1.4 – [05.09.006] Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte

Volume: item anterior (sem o empolamento) x 2.400 kg/m³ = (11,25 + 0,59) x 2.400 = 28.416 kg
= **28,42 toneladas**

Observação: Conforme critério de medição da CDHU, " concreto simples 2400 kg/m³"

2.1.5 – [06.01.020] Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto

Volume: área da limpeza manual do terreno (item 1.2) x 0,12 m (0,05 m de lastro de pedra britada + 0,07 m de concreto)

Volume: [49,76 (Área A) + 127,62 (Área B) + 18,30 (Área C1) + 19,74 (Área C2) + 127,37 (Área C3) + 85,96 (Área C4) + 145,18 (Área C5) + 633,26 (Área D1) + 15,73 (Área D2) + 342,29 (Área D3) + 33,46 (Área D4) + 14,68 (Área D5) + 17,20 (Área D6)] x 0,12 = 1.630,55 x 0,12 = **195,67 m³**

2.1.6 – [05.10.024] Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 10º km até o 15º km

Volume: volume escavado (item 2.1.5) + 30% de empolamento

Volume: 195,67 x 1,30 = **254,37 m³**

2.1.7 – [05.09.007] Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra

Volume: o mesmo do transporte de solo (item 2.1.6) = **254,37 m³**

2.1.8 – [54.01.010] Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal

Área demolida (item 2.1.2) + área da limpeza (item 1.2): 93,72 + 1.630,55 = **1.724,27 m²**

2.2 Concreto

2.2.1 – [09.01.020] Forma em madeira comum para fundação

Área: 914,44 m (ver arquivo “Apoio da memória de cálculo” em dwg) x 0,12 m (altura da calçada)
= **109,73 m²**

2.2.2 – [11.18.040] Lastro de pedra britada

Volume: 1.724,27 (área da calçada = item 2.1.8) x 0,05 = **86,21 m³**

Observação: Conforme critério de medição da CDHU, "Será medido pelo volume acabado, na espessura aproximada de 5 cm (m³)"

2.2.3 – [11.18.060] Lona plástica preta – uso geral

Área da calçada: **1.724,27 m²**

2.2.4 – [10.02.020] Armadura em tela soldada de aço

Peso: área da calçada (1.724,27 m²) x 1,48 kg/m² = **2.551,92 kg**

Observação: utilizar aço Q92 (1,48 kg/m²)

2.2.5 – [11.01.130] Concreto usinado, fck = 25 MPa

Volume: área da calçada (1.724,27 m²) x 0,07 m (espessura do concreto) = **120,70 m³**

2.2.6 – [11.16.020] Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento

Volume: o mesmo do concreto = **120,70 m³**

2.2.7 – [11.16.220] Nivelamento de piso em concreto com acabadora de superfície

Área: a mesma da calçada = **1.724,27 m²**

2.2.8 – [11.20.050] Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos

Quantidade: serão juntas a cada 1,50 m de distância => (perímetro da calçada / 1,50 m) x largura da calçada

Quantidade: 37,79 (Área A) + 86,51 (Área B) + 12,20 (Área C1) + 16,19 (Área C2) + 86,49 (Área C3) + 60,88 (Área C4) + 110,01 (Área C5) + 428,87 (Área D1) + 8,13 (Área D2) + 226,30 (Área D3) + 31,98 (Área D4) + 7,92 (Área D5) + 11,50 (Área D6) = **1.124,77 m**

2.3 Piso podotátil

2.3.1 – [30.04.034] Piso em ladrilho hidráulico podotátil várias cores, assentado com argamassa mista

Serão utilizados nas rampas. Cada rampa terá 6 peças de 0,40 m x 0,40 m = 0,96 m² de piso / rampas. Serão 11 rampas

Área: 11 x 0,96 m² = **10,56 m²**

Sugestão da travessia em faixa elevada: não incluiremos no projeto devido às restrições do CONTRAN 973, Volume VI. Documento explicativo à parte.

3. HIDRÁULICA

3.1 – [46.02.070] Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões

Quantidade: **22,55 m**

Observação: em alguns pontos da calçada, há canaletas de água pluvial que deverão ser substituídas por tubo de PVC para o escoamento da água. Exemplo das canaletas existentes. Os pontos estão destacados no projeto.



Detalhe da canaleta de água pluvial na **Área D3** do projeto na Rua Mauro matheus Moreira Nascimento Silva



Detalhe da canaleta de água pluvial na **Área D1** do projeto na Rua Marina de Paula Costa

4. CANTEIRO DAS ÁRVORES

4.1 – [34.02.040] Plantio de grama batatais em placas (jardins e canteiros)

Serão plantadas 21 mudas, todas com canteiros de 0,70 m x 1,40 m. Além dessas mudas, serão feitos canteiros nas 05 árvores já existentes nas calçadas (ver projeto), totalizando 26 canteiros

Área: 26 canteiros x (0,70 m x 1,40 m) = **25,48 m²**

4.2 – [34.04.130] Árvore ornamental tipo Ipê Amarelo - h= 2,00 m

Quantidade = **07 unidades** (ver projeto)

4.3 – [34.04.280] Árvore ornamental tipo Manacá-da-serra - h= 2,00 m

Quantidade = **07 unidades** (ver projeto)

4.4 – [34.04.370] Árvore ornamental tipo Quaresmeira - h= 1,50 / 2,00 m

Quantidade = **07 unidades** (ver projeto)

4.5 – [SINAPI 98520] Aplicação de adubo em solo. AF_07/2024

Quantidade = **25,48 m²**

Obs.: Sugere-se este item, pois os itens de plantio da CDHU não contemplam aplicação de adubo, apenas terra vegetal orgânica

5. MURO DE ARRIMO

Considerando o modelo adotado com brocas para evitar escavações mais largas em direção ao maciço, adotou-se o modelo MA02D01 das tipologias apresentadas pela CDHU, desta maneira, tem-se que:

Muro de arrimo		
Endereço	Metragem linear	Trecho
Rua Paulo Henrique de Oliveira	7,3	Referente às Áreas B e C2
Rua Dra. Thalita Monique Toledo Soares de Moraes	4,73	Áreas A, C1, trecho D1, D4, D5, D6
Rua Marina de Paula Costa	4,72	Áreas C5 + trecho D1
Rua Mauro Matheus Moreira Nascimento da Silva	35,00	Áreas C3, C4, D2, D3, D4, D5 e D6
TOTAL		51,75 m

ITEM	MATERIAL	MURO H=1,00M		MURO H=1.20M	
		UNIDADE	QUANT.	UNIDADE	QUANT.
	ALVENARIA				
1	ARGAMASSA IMPERMEÁVEL	m ²	1,00	m ²	1,20
2	BLOCO DE CONCRETO – 14cm	m ²	1,00	m ²	1,20
3	PINTURA NEUTROL 2 DEMÃOS	m ²	1,00	m ²	1,20
4	AÇO CA-50A	kg	2,59	kg	3,75
5	TUBO DE PVC – ø2"	m	0,024	m	0,024
6	MANTA GEODRENANTE	m ²	1,40	m ²	1,60
7	GRAUTE	m ³	0,14	m ³	0,18
8	TUBO DE PVC – ø3"	m	0,05	m	0,05
9	COTOVELO PVC 90° ø3"	un	0,1	un	0,1
	FUNDAÇÃO				
10	LOCAÇÃO DA OBRA	m	1,00	m	1,00
11	ESCAVAÇÃO MANUAL	m ³	0,12	m ³	0,12
12	APILOAMENTO MANUAL CAVA DE FUNDAÇÃO	m ²	0,30	m ²	0,30
13	LASTRO DE CONCRETO MAGRO	m ³	0,015	m ³	0,015
14	FORMA PARA VB1	m ²	0,60	m ²	0,60
15	AÇO CA-60A	kg	2,59	kg	2,59
16	AÇO CA-50A	kg	9,07	kg	9,07
17	CONCRETO ESTRUTURAL fck>= 25 MPa	m ³	0,09	m ³	0,09
18	REATERRO COMPACTADO	m ³	0,06	m ³	0,06
19	BROCA – ø 25cm	m	1,50	m	1,50
20	TUBO PEAD FURADO ø16cm	m	1,00	m	1,00
21	CANAleta DE CONCRETO PRÉ-FABRICADO MEIA CANA 20cm	m	1,00	m	1,00

Figura: Valores do modelo MA02D01 por metro linear do arrimo.

- 5.1 [07.01.020]: Escavação e carga mecanizada em solo de 1ª categoria, em campo aberto
Previsto escavação de $((2,00m + 0,50m) * 1,75m) / 2 * 51,75m$ lineares = **113,20 m³**
- 5.2 [06.11.040]: Reaterro manual apiloado sem controle de compactação
Volume do Reaterro $((0,97m + 0,50m) * 1,75m) / 2 * 51,75m$ = **66,56 m³**
- 5.3 [05.10.024]: Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 10º km até o 15º km
Volume de bota-fora $(2,19 m^3 - 1,29 m^3) * 51,75 * 1,30$ = **60,63 m³**
- 5.4 [05.09.007] Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra
Volume: o mesmo do transporte de solo (item 5.3) = **60,63 m³**

- 5.5 [02.10.050]: Locação para muros, cercas e alambrados, pago por metro linear = **51,75 m**
- 5.6 [06.01.020]: Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto (para baldrame), conforme tipologia, 0,12m³ /m de muro de arrimo $51,75 * 0,12 =$ **6,21 m³**
- 5.7 [54.01.010]: Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal, conforme tipologia, 0,30m² /m de muro de arrimo - $51,75 * 0,30 =$ **15,53 m³**
- 5.8 [11.04.020]: Concreto não estrutural executado no local, mínimo 150 kg cimento /m³, conforme tipologia 0,015m³ por metro de muro de arrimo - $51,75 * 0,015 =$ **0,78 m³**
- 5.9 [11.16.020]: Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento, conforme tipologia 0,015m³ por metro de muro de arrimo - $51,75 * 0,015 =$ **0,78 m³**
- 5.10 [09.01.020]: Formas em madeira comum para fundação, conforme tipologia, 0,60m² por metro de muro de arrimo - $51,75 * 0,60 =$ **31,05 m²**
- 5.11 [10.01.060]: Armadura em barra de aço CA-60 (A ou B) $f_yk = 600$ MPa, conforme tipologia, 2,59kg por metro de muro de arrimo - $51,75 * 2,59 =$ **134,03 kg**
- 5.12 [10.01.040]: Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) $f_yk = 500$ MPa, conforme tipologia, 9,07kg por metro de muro de arrimo - $51,75 * 9,07 =$ **469,37 kg**
- 5.13 [11.01.130]: Concreto usinado, $f_{ck} = 25$ MPa, conforme tipologia, 0,09m³ por metro de muro de arrimo - $51,75 * 0,09 =$ **4,66 m³**
- 5.14 [06.11.040]: Reaterro manual apiloado sem controle de compactação, conforme tipologia, 0,06m³ por metro de muro de arrimo - $51,75 * 0,06 =$ **3,11 m³**
- 5.15 [12.01.041]: Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm – completa, conforme tipologia, 1,50m por metro de muro de arrimo - $51,75 * 1,50 =$ **77,63 m**
- 5.16 [46.13.026]: Tubo em polietileno de alta densidade corrugado perfurado, DN= 6', inclusive conexões, conforme tipologia, 1,00m por metro de muro de arrimo - $51,75 * 1,00 =$ **51,75 m**
- 5.17 [46.12.340]: Meio tubo de concreto, DN = 200mm, conforme tipologia, 1,00m por metro de muro de arrimo - $51,75 * 1,00 =$ **51,75 m**
- 5.18 [32.17.010]: Impermeabilização em argamassa impermeável com aditivo hidrófugo, conforme tipologia, 1,20m² por metro de muro de arrimo considerando 0,02m de espessura - $51,75 * 1,20 * 0,02 =$ **1,24 m³**

- 5.19 [14.11.221]: Alvenaria de bloco de concreto estrutural 14cm – classe B, conforme tipologia, 1,20m² por metro de muro de arrimo - $51,75 * 1,20 = \mathbf{62,10\ m^2}$
- 5.20 [10.01.040]: Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa, conforme tipologia, 1,20m² por metro de muro de arrimo - $51,75 * 3,75 = \mathbf{194,06\ kg}$
- 5.21 [08.06.040]: Barbacã em tubo de PVC com diâmetro 50mm, conforme tipologia, 0,024m por metro de muro de arrimo - $51,75 * 0,024 = \mathbf{1,24\ m}$
- 5.22 [08.05.180]: Manta geotêxtil com resistência à tração longitudinal de 10kN/m e transversal de 9kN/m, conforme tipologia, 1,60m² por metro de muro de arrimo - $51,75 * 1,60 = \mathbf{82,80\ m^2}$
- 5.23 [11.05.040]: Argamassa graute, conforme tipologia, 1,60m² por metro de muro de arrimo - $51,75 * 0,18 = \mathbf{9,32\ m^3}$
- 5.24 [46.02.060]: Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 75 mm, inclusive conexões, são 0,50 m de tubo + conexões a cada 10 m de mureta. Portanto, **0,05 m** a cada metro linear de mureta.
- $51,75 * 0,05 = \mathbf{2,59\ m}$

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os serviços relacionados e quantificados na planilha orçamentária e memória de cálculo fornecida por esta Municipalidade retratam a necessidade do objeto apresentado.

Jacareí, 19 de agosto de 2025.

LAURA MAGNATTI
PERETI
SIMOES:29539823889

Assinado de forma digital por
LAURA MAGNATTI PERETI
SIMOES:29539823889
Dados: 2025.08.19 09:25:21
-03'00'

LAURA MAGNATTI PERETI SIMÕES
Responsável Técnica
CAU nº A46.486-4

De acordo,



Assinado de forma digital por ALEXSANDRO
QUADROS DA ROCHA:32523118874
DN: c=BR, ou=Presencial,
ou=22106571000148, ou=AC SyngularID
Múltipla, o=ICP-Brasil, cn=ALEXSANDRO
QUADROS DA ROCHA:32523118874
Dados: 2025.08.19 16:42:39 -03'00'

ALEXSANDRO QUADROS DA ROCHA
Presidente da Fundação Pró-lar de Jacareí

CELSO
FLORENCIO
DE SOUZA:
34520675804

Assinado digitalmente por CELSO
FLORENCIO DE SOUZA:34520675804
DN: c=BR, ou=ICP-Brasil,
OU=Certificado Digital PF A3,
OU=Presencial, OU=22106571000148,
OU=AC SyngularID Múltipla, CN=CELSO
FLORENCIO DE SOUZA:34520675804
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de
assinatura aqui
Data: 2025.08.20 08:51:29-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.2

CELSO FLORENCIO DE SOUZA
Prefeito de Jacareí

ANEXO II – PREÇO ESTIMADO

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura urbana, compreendendo a execução de passeio público (calçadas), muro de arrimo e arborização urbana, no Bairro Bandeira Branca – Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2, no Município de Jacareí, por meio de fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos.

MUNICÍPIO: Jacareí

OBRA: Infraestrutura - Execução de passeio público, muro de arrimo e arborização urbana

LOCAL: Bairro Bandeira Branca com Habitação de Interesse Social - Conjunto Habitacional Jacareí – G 1 e G 2

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada global

MUNICÍPIO: Jacareí

PROGRAMA: Programa Bairro Paulista: Cidades Sustentáveis

OBRA: Infraestrutura - Execução de passeio público, muro de arrimo e arborização urbana

LOCAL: Bairro Bandeira Branca com Habitação de Interesse Social - Conjunto Habitacional Jacareí - G 1 e G 2

BOLETIM: 1-CDHU n.º 198 com desoneração - válido a partir de 27/06/2025 2-SINAPI 0725 com desoneração - válido a partir de 12/08/2025

3-CDHU REDES_LICITAÇÃO_MAI/25

BDI ADOTADO: 25,00%

PLANILHA ORÇAMENTARIA DETALHADA DA OBRA - ANEXO I

CÓDIGO	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	MATERIAL E MÃO DE OBRA	VALOR TOTAL
1. SERVIÇOS PRELIMINARES							R\$ 58.193,35
208020	6,00	Placa de identificação para obra	M2	R\$ 842,93	R\$ 93,90	R\$ 936,83	R\$ 5.620,98
209030	1630,55	Limpeza manual do terreno, inclusive troncos até 5 cm de diâmetro, com caminhão à disposição dentro da obra, até o raio de 1 km	M2	R\$ 2,85	R\$ 5,11	R\$ 7,96	R\$ 12.979,18
507040	244,58	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	M3	R\$ 97,83	R\$ 12,26	R\$ 110,09	R\$ 26.925,81
201180	6,00	Banheiro químico modelo Standard, com manutenção conforme exigências da CETESB	UNMES	R\$ 1.157,98	R\$ -	R\$ 1.157,98	R\$ 6.947,88
202150	6,00	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	UNMES	R\$ 869,79	R\$ 83,46	R\$ 953,25	R\$ 5.719,50
2. EXECUÇÃO DE CALÇADAS							R\$ 209.393,59
2.1. SERVIÇOS PRELIMINARES							R\$ 37.212,55
440030	13,20	Retirada manual de guia pré-moldada, inclusive limpeza e empilhamento	M	R\$ -	R\$ 8,18	R\$ 8,18	R\$ 107,98
301230	11,25	Demolição mecanizada de concreto simples, inclusive fragmentação e acomodação do material	M3	R\$ 227,74	R\$ 81,76	R\$ 309,50	R\$ 3.481,88
508100	15,39	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 10º km até o 15º km	M3	R\$ 50,25	R\$ -	R\$ 50,25	R\$ 773,35
509006	28,42	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	T	R\$ 47,47	R\$ -	R\$ 47,47	R\$ 1.349,10
601020	195,67	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M3	R\$ -	R\$ 51,10	R\$ 51,10	R\$ 9.998,74
510024	254,37	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 10º km até o 15º km	M3	R\$ 29,32	R\$ -	R\$ 29,32	R\$ 7.458,13
509007	254,37	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	R\$ 30,67	R\$ -	R\$ 30,67	R\$ 7.801,53
5401010	1724,27	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	M2	R\$ 3,46	R\$ 0,16	R\$ 3,62	R\$ 6.241,86

2.2. CONCRETO							R\$ 170.341,07
901020	109,73	Forma em madeira comum para fundação	M2	R\$ 46,68	R\$ 58,90	R\$ 105,58	R\$ 11.585,29
1118040	86,21	Lastro de pedra britada	M3	R\$ 180,88	R\$ 30,66	R\$ 211,54	R\$ 18.236,86
1118060	1724,27	Lona plástica preta - uso geral	M2	R\$ 0,88	R\$ 0,61	R\$ 1,49	R\$ 2.569,16
1002020	2551,92	Armadura em tela soldada de aço	KG	R\$ 8,97	R\$ 1,32	R\$ 10,29	R\$ 26.259,26
1101130	120,70	Concreto usinado, fck = 25 MPa	M3	R\$ 508,73	R\$ -	R\$ 508,73	R\$ 61.403,71
1116020	120,70	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	R\$ -	R\$ 86,19	R\$ 86,19	R\$ 10.403,13
1116220	1724,27	Nivelamento de piso em concreto com acabadora de superfície	M2	R\$ 15,74	R\$ -	R\$ 15,74	R\$ 27.140,01
1120050	1124,77	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	M	R\$ 11,33	R\$ -	R\$ 11,33	R\$ 12.743,64
2.3. PISO PODOTÁTIL							R\$ 1.839,97
3004034	10,56	Piso em ladrilho hidráulico podotátil várias cores, assentado com argamassa mista	M2	R\$ 145,01	R\$ 29,23	R\$ 174,24	R\$ 1.839,97
3. HIDRÁULICA							R\$ 1.779,42
4602070	22,55	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões	M	R\$ 23,65	R\$ 55,26	R\$ 78,91	R\$ 1.779,42
4. CANTEIRO DAS ÁRVORES							R\$ 3.860,32
3402040	25,48	Plantio de grama batatais em placas (jardins e canteiros)	M2	R\$ 9,74	R\$ 5,17	R\$ 14,91	R\$ 379,91
3404130	7,00	Árvore ornamental tipo Ipê Amarelo - h= 2,00 m	UN	R\$ 137,96	R\$ 32,88	R\$ 170,84	R\$ 1.195,88
3404280	7,00	Árvore ornamental tipo Manacá-da-serra - h= 2,00 m	UN	R\$ 101,61	R\$ 32,88	R\$ 134,49	R\$ 941,43
3404370	7,00	Árvore ornamental tipo Quaresmeira - h= 1,50 / 2,00 m	UN	R\$ 134,24	R\$ 32,88	R\$ 167,12	R\$ 1.169,84
98520	25,48	APLICAÇÃO DE ADUBO EM SOLO. AF_07/2024	M2	R\$ -	R\$ -	R\$ 6,80	R\$ 173,26
5. MURO DE ARRIMO							R\$ 45.035,08
701020	113,2	Escavação e carga mecanizada em solo de 1ª categoria, em campo aberto	M3	R\$ 16,47	R\$ 0,29	R\$ 16,76	R\$ 1.897,23
611040	66,56	Reaterro manual apiloado sem controle de compactação	M3	R\$ -	R\$ 19,07	R\$ 19,07	R\$ 1.269,30
510024	60,63	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 10º km até o 15º km	M3	R\$ 29,32	R\$ -	R\$ 29,32	R\$ 1.777,67
509007	60,63	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	R\$ 30,67	R\$ -	R\$ 30,67	R\$ 1.859,52
210050	51,75	Locação para muros, cercas e alambrados	M	R\$ 1,04	R\$ 0,42	R\$ 1,46	R\$ 75,56
601020	6,21	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M3	R\$ -	R\$ 51,10	R\$ 51,10	R\$ 317,33
5401010	15,53	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	M2	R\$ 3,46	R\$ 0,16	R\$ 3,62	R\$ 56,22
1104020	0,78	Concreto não estrutural executado no local, mínimo 150 kg cimento / m³	M3	R\$ 338,29	R\$ 51,10	R\$ 389,39	R\$ 303,72
1116020	0,78	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	R\$ -	R\$ 86,19	R\$ 86,19	R\$ 67,23
901020	31,05	Forma em madeira comum para fundação	M2	R\$ 46,68	R\$ 58,90	R\$ 105,58	R\$ 3.278,26
1001060	134,03	Armadura em barra de aço CA-60 (A ou B) fyk = 600 MPa	KG	R\$ 8,09	R\$ 2,63	R\$ 10,72	R\$ 1.436,80

1001040	469,37	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	R\$ 7,78	R\$ 2,63	R\$ 10,41	R\$ 4.886,14
1101130	4,66	Concreto usinado, fck = 25 MPa	M3	R\$ 508,73	R\$ -	R\$ 508,73	R\$ 2.370,68
611040	3,11	Reaterro manual apiloado sem controle de compactação	M3	R\$ -	R\$ 19,07	R\$ 19,07	R\$ 59,31
1201041	77,63	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	M	R\$ 30,51	R\$ 49,61	R\$ 80,12	R\$ 6.219,72
4613026	51,75	Tubo em polietileno de alta densidade corrugado perfurado, DN= 6', inclusive conexões	M	R\$ 23,62	R\$ 1,68	R\$ 25,30	R\$ 1.309,28
4612340	51,75	Meio tubo de concreto, DN= 200mm	M	R\$ 24,59	R\$ 11,72	R\$ 36,31	R\$ 1.879,04
3217010	1,24	Impermeabilização em argamassa impermeável com aditivo hidrófugo	M3	R\$ 471,08	R\$ 353,62	R\$ 824,70	R\$ 1.022,63
1411221	62,1	Alvenaria de bloco de concreto estrutural 14 cm - classe B	M2	R\$ 71,79	R\$ 40,56	R\$ 112,35	R\$ 6.976,94
1001040	194,06	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	R\$ 7,78	R\$ 2,63	R\$ 10,41	R\$ 2.020,16
806040	1,24	Barbacã em tubo de PVC com diâmetro 50 mm	M	R\$ 12,09	R\$ 15,85	R\$ 27,94	R\$ 34,65
805180	82,80	Manta geotêxtil com resistência à tração longitudinal de 10kN/m e transversal de 9kN/m	M2	R\$ 6,86	R\$ 13,59	R\$ 20,45	R\$ 1.693,26
1105040	9,32	Argamassa graute	M3	R\$ 375,44	R\$ 57,32	R\$ 432,76	R\$ 4.033,32
4602060	2,59	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 75 mm, inclusive conexões	M	R\$ 28,57	R\$ 45,22	R\$ 73,79	R\$ 191,12
TOTAL s/ BDI							R\$ 318.261,77
BDI adotado: 25,00%							79.565,44
VALOR TOTAL C/ BDI							R\$ 397.827,21

LAURA
MAGNATTI PERETI
SIMOES:29539823
889

Assinado de forma digital
por LAURA MAGNATTI
PERETI
SIMOES:29539823889
Dados: 2025.08.19
11:53:13 -03'00'

LAURA MAGNATTI PERETI SIMÕES
Arquiteta Responsável
CAU nº A46.486-4

Jacareí, 19 de agosto de 2025.

De acordo.

Assinado de forma digital por
ALEXSANDRO QUADROS DA
ROCHA:32523118874
DN: c=BR, ou=Presencial,
ou=22106571000148, ou=AC
SyngularID Multipla, o=ICP-Brasil,
cn=ALEXSANDRO QUADROS DA
ROCHA:32523118874
Dados: 2025.08.19 16:40:21 -03'00'

ALEXSANDRO QUADROS DA ROCHA
Presidente da Fundação Pró-Lar de Jacareí

Assinado digitalmente por CELSO
FLORENCIO DE SOUZA:34520675804
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado
Digital PF, A=, OU=Presencial,
OU=22106571000148, OU=AC SyngularID
Multipla, CN=CELSO FLORENCIO DE
SOUZA:34520675804
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura
ipq4
Data: 2025.08.20 08:49:55-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.2

CELSO FLORENCIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ANEXO III - PROPOSTA COMERCIAL

MUNICÍPIO: Jacareí

PROGRAMA: Programa Bairro Paulista: Cidades Sustentáveis

OBRA: Infraestrutura - Execução de passeio público, muro de arrimo e arborização urbana

LOCAL: Bairro Bandeira Branca com Habitação de Interesse Social - Conjunto Habitacional Jacareí – G 1 e G 2

BOLETIM: 1-CDHU n.º 198 com desoneração - válido a partir de 27/06/2025 2-SINAPI 0725 com desoneração - válido a partir de 12/08/2025

3-CDHU REDES_LICITAÇÃO_MAI/25

BDI ADOTADO: 25,00%

PLANILHA ORÇAMENTARIA DETALHADA DA OBRA - ANEXO I							
CÓDIGO	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	MATERIAL E MÃO DE OBRA	VALOR TOTAL
1. SERVIÇOS PRELIMINARES							R\$ -
208020	6,00	Placa de identificação para obra	M2			R\$ -	R\$ -
209030	1630,55	Limpeza manual do terreno, inclusive troncos até 5 cm de diâmetro, com caminhão à disposição dentro da obra, até o raio de 1 km	M2			R\$ -	R\$ -
507040	244,58	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	M3			R\$ -	R\$ -
201180	6,00	Banheiro químico modelo Standard, com manutenção conforme exigências da CETESB	UNMES			R\$ -	R\$ -
202150	6,00	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	UNMES			R\$ -	R\$ -
2. EXECUÇÃO DE CALÇADAS							R\$ -
2.1. SERVIÇOS PRELIMINARES							R\$ -
440030	13,20	Retirada manual de guia pré-moldada, inclusive limpeza e empilhamento	M			R\$ -	R\$ -
301230	11,25	Demolição mecanizada de concreto simples, inclusive fragmentação e acomodação do material	M3			R\$ -	R\$ -
508100	15,39	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 10º km até o 15º km	M3			R\$ -	R\$ -
509006	28,42	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	T			R\$ -	R\$ -
601020	195,67	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M3			R\$ -	R\$ -
510024	254,37	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 10º km até o 15º km	M3			R\$ -	R\$ -

509007	254,37	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3			R\$ -	R\$ -
5401010	1724,27	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	M2			R\$ -	R\$ -
2.2. CONCRETO							R\$ -
901020	109,73	Forma em madeira comum para fundação	M2			R\$ -	R\$ -
1118040	86,21	Lastro de pedra britada	M3			R\$ -	R\$ -
1118060	1724,27	Lona plástica preta - uso geral	M2			R\$ -	R\$ -
1002020	2551,92	Armadura em tela soldada de aço	KG			R\$ -	R\$ -
1101130	120,70	Concreto usinado, fck = 25 MPa	M3			R\$ -	R\$ -
1116020	120,70	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3			R\$ -	R\$ -
1116220	1724,27	Nivelamento de piso em concreto com acabadora de superfície	M2			R\$ -	R\$ -
1120050	1124,77	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	M			R\$ -	R\$ -
2.3. PISO PODOTÁTIL							R\$ -
3004034	10,56	Piso em ladrilho hidráulico podotátil várias cores, assentado com argamassa mista	M2			R\$ -	R\$ -
3. HIDRÁULICA							R\$ -
4602070	22,55	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões	M			R\$ -	R\$ -
4. CANTEIRO DAS ÁRVORES							R\$ -
3402040	25,48	Plantio de grama batatais em placas (jardins e canteiros)	M2			R\$ -	R\$ -
3404130	7,00	Árvore ornamental tipo Ipê Amarelo - h= 2,00 m	UN			R\$ -	R\$ -
3404280	7,00	Árvore ornamental tipo Manacá-da-serra - h= 2,00 m	UN			R\$ -	R\$ -
3404370	7,00	Árvore ornamental tipo Quaresmeira - h= 1,50 / 2,00 m	UN			R\$ -	R\$ -
98520	25,48	APLICAÇÃO DE ADUBO EM SOLO. AF_07/2024	M2			R\$ -	R\$ -
5. MURO DE ARRIMO							R\$ -
701020	113,2	Escavação e carga mecanizada em solo de 1ª categoria, em campo aberto	M3			R\$ -	R\$ -
611040	66,56	Reaterro manual apiloado sem controle de compactação	M3			R\$ -	R\$ -
510024	60,63	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão para distâncias superiores ao 10º km até o 15º km	M3			R\$ -	R\$ -
509007	60,63	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3			R\$ -	R\$ -
210050	51,75	Locação para muros, cercas e alambrados	M			R\$ -	R\$ -
601020	6,21	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M3			R\$ -	R\$ -
5401010	15,53	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	M2			R\$ -	R\$ -
1104020	0,78	Concreto não estrutural executado no local, mínimo 150 kg cimento / m³	M3			R\$ -	R\$ -

1116020	0,78	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3			R\$ -	R\$ -
901020	31,05	Forma em madeira comum para fundação	M2			R\$ -	R\$ -
1001060	134,03	Armadura em barra de aço CA-60 (A ou B) fyk = 600 MPa	KG			R\$ -	R\$ -
1001040	469,37	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG			R\$ -	R\$ -
1101130	4,66	Concreto usinado, fck = 25 MPa	M3			R\$ -	R\$ -
611040	3,11	Reaterro manual apiloado sem controle de compactação	M3			R\$ -	R\$ -
1201041	77,63	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	M			R\$ -	R\$ -
4613026	51,75	Tubo em polietileno de alta densidade corrugado perfurado, DN= 6´, inclusive conexões	M			R\$ -	R\$ -
4612340	51,75	Meio tubo de concreto, DN= 200mm	M			R\$ -	R\$ -
3217010	1,24	Impermeabilização em argamassa impermeável com aditivo hidrófugo	M3			R\$ -	R\$ -
1411221	62,1	Alvenaria de bloco de concreto estrutural 14 cm - classe B	M2			R\$ -	R\$ -
1001040	194,06	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG			R\$ -	R\$ -
806040	1,24	Barbacã em tubo de PVC com diâmetro 50 mm	M			R\$ -	R\$ -
805180	82,80	Manta geotêxtil com resistência à tração longitudinal de 10kN/m e transversal de 9kN/m	M2			R\$ -	R\$ -
1105040	9,32	Argamassa graute	M3			R\$ -	R\$ -
4602060	2,59	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 75 mm, inclusive conexões	M			R\$ -	R\$ -
						TOTAL s/ BDI	R\$ -
						BDI adotado: 25,00%	
						VALOR TOTAL C/ BDI	R\$ -



ANEXO IV - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBRA: Infraestrutura - Execução de passeio público, muro de arrimo e arborização urbana								
ITEM	ETAPAS	VALOR COM BDI	PREVISÃO DE EXECUÇÃO					
			MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	72.741,69	81,85%	3,63%	3,63%	3,63%	3,63%	3,63%
			R\$ 59.539,09	R\$ 2.640,52	R\$ 2.640,52	R\$ 2.640,52	R\$ 2.640,52	R\$ 2.640,52
2	EXECUÇÃO DE CALÇADAS	261.741,99			33,25%	21,00%	23,25%	22,50%
					R\$ 87.029,21	R\$ 54.965,82	R\$ 60.855,01	R\$ 58.891,95
3	HIDRÁULICA	2.224,28					100,00%	
							R\$ 2.224,28	
4	CANTEIRO DE ÁRVORES	4.825,40						100,00%
								R\$ 4.825,40
5	MURO DE ARRIMO	56.293,85		100,00%				
				R\$ 56.293,85				
TOTAL DAS ETAPAS		397.827,21	59.539,09	58.934,37	89.669,73	57.606,34	65.719,81	66.357,87
TOTAL ACUMULADO			59.539,09	118.473,46	208.143,19	265.749,53	331.469,34	397.827,21
PORCENTAGEM			14,97%	29,78%	52,32%	66,80%	83,32%	100,00%

Thiago Teski Assinado de forma digital por
 Thiago Teski
 Dados: 2026.02.12 14:33:38 -03'00'

Thiago Teski
 Engenheiro Civil

ANEXO V - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO PROPOSTA

OBRA: Infraestrutura - Execução de passeio público, muro de arrimo e arborização urbana								
ITEM	ETAPAS	VALOR COM BDI	PREVISÃO DE EXECUÇÃO					
			MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
1	SERVIÇOS PRELIMINARES		81,85%	3,63%	3,63%	3,63%	3,63%	3,63%
			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	EXECUÇÃO DE CALÇADAS				33,25%	21,00%	23,25%	22,50%
					R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	HIDRÁULICA						100,00%	
							R\$ 0,00	
4	CANTEIRO DE ÁRVORES							100,00%
								R\$ 0,00
5	MURO DE ARRIMO			100,00%				
				R\$ 0,00				
TOTAL DAS ETAPAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL ACUMULADO			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PORCENTAGEM								

ANEXO VI - PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA - Lei nº 14.133/2021

EMPRESA LICITANTE

TABELA DE ÍTENS DE RELEVÂNCIA			
ITEM	NOME REDUZIDO DO SUBITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1.0	EXECUÇÃO DE CALÇADAS EM CONCRETO		
1.1	Concreto usinado, fck = 25 Mpa	M3	60,35
2.0	EXECUÇÃO DE MURO DE ARRIMO		
2.1	Alvenaria de blocos de concreto estrutural, espessura 14 cm	M2	31,05

PROFISSIONAL INDICADO

TABELA DE ÍTENS DE RELEVÂNCIA			
ITEM	NOME REDUZIDO DO SUBITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1.0	EXECUÇÃO DE CALÇADAS EM CONCRETO		
1.1	Concreto usinado, fck = 25 Mpa	M3	1,00
2.0	EXECUÇÃO DE MURO DE ARRIMO		
2.1	Alvenaria de blocos de concreto estrutural, espessura 14 cm	M2	1,00

Thiago Teski

Assinado de forma digital por
Thiago Teski
Dados: 2026.03.05 10:48:29
-03'00'

Thiago Teski
Engenheiro Civil

ANEXO VII - COMPOSIÇÃO DO BDI

ESTIMATIVA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura urbana, compreendendo a execução de passeio público (calçadas), muro de arrimo e arborização urbana, no Bairro Bandeira Branca – Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2, no Município de Jacareí, por meio de fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos, através do convênio celebrado com o Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

O cálculo do BDI foi realizado considerando-se os aspectos do Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário:

BDI estimado		
		Com desoneração
Administração central (AC)		5,06%
Seguro (S) + Garantia (G)		1,00%
Risco (R)		1,27%
Despesas Financeiras (DF)		1,23%
Lucro (L)		7,40%
Tributos (T)	Contrib. Previdenciária	0,00%
	COFINS	3,00%
	PIS	0,65%
	ISS	3,00%
BDI Adotado		25,00%

Fórmula utilizada:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + G + R) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Jacareí, data da assinatura digital.

Thiago Teski

Assinado de forma digital por
Thiago Teski
Dados: 2026.02.12 16:21:45 -03'00'

Thiago Teski - Engenheiro Civil
Secretaria de Mobilidade Urbana

ANEXO VIII

MINUTA DE TERMO CONTRATUAL
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

CONTRATO Nº 0__./2026.

GPRO nº 20.422/2026 - U.L.
Concorrência (Eletrônica) nº /2026

CONTRATO DE OBRAS QUE
ENTRE SI CELEBRAM

O MUNICÍPIO DE JACAREÍ E
A EMPRESA
(NOME DA EMPRESA)

Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE JACAREÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 46.694.139/0001-83, sediado na Praça dos Três Poderes, nº 73, Jacareí, SP, neste ato, por força dos Decretos Municipais nº: 01, de 02 de janeiro de 2017; 639, de 30 de novembro de 2018; e 02, 04 de janeiro de 2021, representado(a) pelo(a) autoridade competente da contratação (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no Boletim Oficial e de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para execução de obras de infraestrutura urbana, compreendendo a execução de passeio público (calçadas), muro de arrimo e arborização urbana, no Bairro Bandeira Branca – Conjunto Habitacional Jacareí G1 e G2, no Município

de Jacareí, por meio de fornecimento de material, mão-de-obra e equipamentos.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 6 meses, contados a partir do 1º dia útil após a assinatura da Ordem de Serviço na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O regime de execução é EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação parcial do objeto.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92 V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 397.827,21 (trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração em 19/01/2026, baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no CDHU 198 com desoneração 06/2025, SINAPI 0725 com desoneração 08/2025 e CDHU redes_licitação 05/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela

legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de

obrigações pelo Contratado;

8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11.1 A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico- financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.17. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

8.18. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.20. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem

como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.21. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores — SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS — CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art.116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal — DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.39. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.41. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.42. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.42.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.42.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.42.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.42.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.43. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.43.1. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.44. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.44.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão

de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.44.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.45. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.46. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.46.1. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.47. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.).

9.48. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO, nos termos do artigo 93 da Lei nº 14.133/2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018

([LGPD](#)), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37.](#)) com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela

Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

11.2. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

11.2.1. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, o prazo mínimo será de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme art. 96, § 3º da Lei 14.133;

11.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 12.3 deste contrato.

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução

ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.7, observada a legislação que rege a matéria.

11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão

ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) moratória aplicada por dia de atraso injustificado no percentual de **0,5% até o 5º (quinto) dia e de 1,0% a partir do 6º (sexto) dia**, tendo como valor de referência o valor do contrato, contabilizado até o máximo de 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução parcial sujeito à aplicação das demais penalidades descritas nesta seção;

(2) compensatória de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) pela inexecução total**, nos termos da **alínea “c” da cláusula 12.1**, calculada sobre o valor total contratado;

(3) de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), nos termos da **alínea “a” da cláusula 12.1**, calculada sobre o valor do contrato inadimplido.

(4) de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), nos termos da **alínea “b” da cláusula 12.1**, calculada sobre o valor do contrato inadimplido.

(5) de 3% (três por cento) a 7% (sete por cento), nos termos da **alínea “d” da cláusula 12.1**, calculada sobre o valor da parcela cumprida em atraso.

(6) compensatória de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), nos termos da **alínea “e” a “h” da cláusula 12.1**, calculada sobre o valor do contrato.

12.3. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.4. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a

obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021), bem como naqueles eventualmente instituídos no âmbito Estadual e Municipal (art 161 da Lei 14.133 de 2021.)

12.6. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.8. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.8.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9.1. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. No caso de ser uma empresa estrangeira, a punição será aplicada à sua representante no Brasil, devidamente autorizada a responder administrativa e judicialmente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL **(art. 92. XIX)**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.1.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.1.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido por:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria de Educação deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Recurso Convênio Estadual:

02.17.04.15.451.0015.1167.02.4.4.90.51.00

Recurso Tesouro: 02.17.04.15.451.0015.1167.06.4.4.90.51.00

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os acréscimos.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO (art. 92, §1)

18.1. Fica eleito o Foro da Jacareí para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Jacareí, data da última assinatura eletrônica.

Representante legal do contratante

Representante legal do contratado

Testemunhas:

1

-

2-

ANEXO IX

**TERMO DE CIÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO - (Contratos)
(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)**

MUNICÍPIO _____
CONTRATADA: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:
PELO MUNICÍPIO:**

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

PELA DETENTORA (PREENCHER E ASSINAR):

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: CNPJ Nº: _____

CONTRATADA: CNPJ Nº: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

DATA DA ASSINATURA: _____

VIGÊNCIA: _____

OBJETO: _____

VALOR (R\$): _____

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a)** memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b)** orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c)** previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d)** comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e)** as plantas e projetos de engenharia e arquitetura. LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)